

EMBARGADO ATÉ 00.01 GMT DE SEGUNDA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2005

Derrubando a porta

Como as próximas negociações da OMC ameaçam agricultores em países em desenvolvimento

Milhões de agricultores que vivem em situação de pobreza nos países em desenvolvimento não conseguem ter uma renda adequada em decorrência de importações baratas de alimentos, muitas vezes em regime de *dumping*. O alimento mais importante do mundo, o arroz, revela a seriedade do problema. Há muito tempo, os países ricos vêm usando o FMI, o Banco Mundial e acordos comerciais bilaterais agressivos para abrir as portas dos mercados de países que estão enfrentando situações de pobreza para inundá-los com arroz barato, inclusive arroz intensamente subsidiado dos Estados Unidos. Agora, os países ricos planejam usar as regras obrigatórias da OMC para derrubar essa porta completamente. No entanto, as regras comerciais deveriam promover o desenvolvimento ao invés de miná-lo. Qualquer acordo novo na OMC deve permitir que países em desenvolvimento regulem o comércio no sentido de promover sua segurança alimentar e meios de vida rurais.

Índice

Resumo.....	3
1. O que está em jogo em Hong Kong?.....	9
2. O arroz como modo de vida	11
Vivendo do arroz.....	12
O comércio global do arroz.....	12
3. Corrigir as políticas do arroz: uma decisão a ser tomada pelos países em desenvolvimento	15
A comercialização de alimentos: dilemas enfrentados no campo das políticas ..	20
Mantendo o poder de decidir	30
4. Pressões pela redução de tarifas e de medidas de apoio	32
Negociações unilaterais: pressões do FMI e do Banco Mundial	32
Acordos de livre comércio impõem compromissos obrigatórios de tarifas baixas	37
Menos assistência de doadores ao setor agrícola	41
5. Hipocrisia em alta: <i>Dumping</i> de arroz dos Estados Unidos e beneficiários do agronegócio.....	43
<i>Dumping</i> de arroz dos Estados Unidos	43
Agronegócio: lobistas dedicados a promover a liberalização	49
6. O que está para acontecer na OMC	55
Negociando a agricultura	55
Acesso ao mercado: reduções tarifárias	57
Defendendo um ‘espaço para políticas’ na concorrência de exportações e no apoio interno	67
7. Recomendações	69
Anexo 1	73
Glossário	74
Notas	76

Resumo

‘Os Estados Unidos devem considerar sua política agrícola à luz do contexto internacional, ajudando os [nossos] agricultores a manter sua competitividade e pressionando por um acesso irrestrito aos mercados globais.’ — Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

‘Se eu pudesse decidir, não permitiria mais que o arroz produzido nos Estados Unidos entrasse no meu país — posso garantir que, sem ele, teríamos prosperado e não estaríamos na pobreza.’ — Al-Hassan Abukari, produtor de arroz da região norte de Gana

O ano de 2005 é crucial para o esforço de eliminarmos a pobreza definitivamente. Mais de 80 por cento das pessoas que vivem em situações de pobreza no mundo residem em áreas rurais, de modo que a agenda internacional deve priorizar medidas que façam com que a agricultura opere a favor de pessoas que vivem nessa condição. A reunião ministerial da OMC que será realizada em Hong Kong em dezembro deste ano será um momento decisivo para se colocar em prática as promessas da agenda de desenvolvimento da Rodada de Doha.

Embora tenham assumido o compromisso de priorizar o desenvolvimento em suas negociações comerciais globais, os países ricos ainda estão manipulando as regras do comércio contra os pobres. Principalmente os Estados Unidos e a União Européia deram uma nova roupagem aos seus subsídios agrícolas para que pareçam legítimos sob as regras da OMC, o que lhes permitirá continuar a exportar arroz, milho, leite, açúcar e algodão em regime de *dumping*, a preços muito abaixo de seus custos efetivos de produção. Ao mesmo tempo, estão pressionando agressivamente os países em desenvolvimento para que abram seus mercados ainda mais, abaixando suas tarifas de importação.

Se essa agenda dos países ricos prevalecer, teremos uma bonança para o agronegócio de grandes empresas, mas os meios de vida dos agricultores de países em desenvolvimento, que representam 96 por cento dos agricultores do mundo, estarão ameaçados. O arroz oferece uma ilustração gráfica das ameaças que eles estão enfrentando.

Arroz é vida — e um meio de vida

Para três bilhões de pessoas — metade da população do mundo —, o arroz é o alimento mais importante. Dois bilhões de pessoas também dependem do seu cultivo e beneficiamento para sua sobrevivência, a maioria das quais são pequenos produtores em países em desenvolvimento. Nos Estados Unidos, o arroz é produzido em grandes propriedades rurais que empregam poucas pessoas; no Sri Lanka, por exemplo — um país 140 vezes menor —, o número de produtores de arroz é quase 50 vezes maior.

Em países nos quais o arroz é vital para o combate à fome e a redução da pobreza, os governos adotam políticas agrícolas e comerciais — como tarifas

de importação—para promover a competitividade do setor, como ocorre no Vietnã; para gerar crescimento em áreas rurais, como ocorre na Indonésia; ou para garantir um meio de vida e oferecer uma rede de segurança a agricultores familiares.

Se o apoio do Estado for reduzido prematuramente e as tarifas sofrerem cortes drásticos, esses países podem se ver inundados por importações de baixo custo. Sejam eles inundados pelo arroz exportado por países competitivos como o Vietnã e a Tailândia ou pelo arroz intensamente subsidiado de países como os Estados Unidos. O impacto dessa inundação ameaça destruir os meios de vida de milhões de famílias que vivem da agricultura familiar e as perspectivas de desenvolvimento rural desses países.

Obviamente, alimentos baratos são vistos com bons olhos por consumidores que vivem em situação de pobreza. No entanto, um volume maior de importações nem sempre se traduz em preços mais baixos no varejo. Quando alguns importadores de grande porte controlam o mercado — como ocorre em Honduras —, os ganhos podem não ser transferidos para a população, e tanto os agricultores como os consumidores acabam se vendo numa situação ainda pior. Além disso, uma vez que os consumidores de áreas rurais ganham a vida como agricultores ou trabalhando em plantações ou empreendimentos que dependem de uma economia agrícola saudável, sua situação pode piorar se as importações pressionarem os preços de suas culturas locais para baixo.

Se o comércio agrícola vai ser liberalizado e quando e como fazê-lo constituem desafios complexos para qualquer país em desenvolvimento. Os governos devem considerar os impactos em potencial dessa liberalização sobre os consumidores e também sobre a segurança alimentar nacional, sobre suas receitas fiscais, sobre mulheres e homens, sobre o meio ambiente e sobre o comércio Sul–Sul.

Os governos dos países em desenvolvimento, e não a OMC, o Banco Mundial ou o FMI, estão melhor posicionados para resolver esses dilemas políticos e devem, portanto, ter a flexibilidade necessária para adotar políticas adequadas para suas condições internas. Ao mesmo tempo, os mecanismos de prestação de contas dos governos por suas ações junto à população devem ser aprimorados no sentido de garantir que as pessoas que vivem em situação de pobreza efetivamente se beneficiem dessas políticas. Em terceiro lugar, são necessários mais investimentos no setor agrícola — num momento em que a ajuda humanitária internacional para o desenvolvimento agrícola caiu um terço em relação ao seu valor em 1984, já que a agricultura deixou de ser favorecida pelos doadores.

A Oxfam está preocupada com a direção tomada nas negociações da OMC. Essas negociações, juntamente com outras pressões aplicadas no sentido de garantir uma liberalização comercial rápida e indiscriminada, estão cada vez mais restringindo o poder dos países em desenvolvimento de definir suas próprias políticas comerciais e agrícolas, o que pode ter consequências potencialmente devastadoras para comunidades que vivem em situação de pobreza.

Forçando a porta: pressões de todos os lados

Os países em desenvolvimento vêm sendo pressionados há muito tempo por instituições financeiras internacionais e exportadores de produtos agrícolas para abrir seus mercados de arroz e de outros alimentos básicos. Desde o início da década de 1980, o FMI e o Banco Mundial vêm impondo condições formais e informais para a concessão de empréstimos no sentido de forçar países em desenvolvimento a desregular e liberalizar seus mercados agrícolas.

Em 1995, o FMI forçou o Haiti a reduzir as tarifas que o país aplicava a importações de arroz de 35 por cento para 3 por cento, resultando num aumento de mais de 150 por cento nas suas importações de arroz entre 1994 e 2003. Atualmente, três de cada quatro pratos de arroz consumidos no Haiti vêm dos Estados Unidos. Essa é uma boa notícia para a empresa *Riceland Foods* do Arkansas, a maior beneficiadora de arroz do mundo. Os lucros da *Riceland* aumentaram em US\$ 123 milhões entre 2002 e 2003, em grande parte graças a um aumento de 50 por cento em suas exportações, principalmente para o Haiti e Cuba. Mas seus lucros levaram à falência os agricultores do Haiti, cujas áreas de cultivo de arroz apresentam algumas das taxas de desnutrição e pobreza mais altas do mundo atualmente.

Em Gana, a desregulação promovida sob a pressão do Banco Mundial e do FMI também provocou um grande aumento nas importações de arroz, levando o congresso do país a aprovar um aumento tarifário em 2003. No entanto, o FMI, movido por seu '*interesse em promover uma política de liberalização do comércio para Gana*', pressionou o governo a dar meia-volta nesse compromisso.

Acordos de livre comércio assinados com importantes exportadores de produtos agrícolas, como a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos, obrigam países em desenvolvimento a assumir o compromisso de abrir seus mercados para importações de baixo custo. O tratado DR-CAFTA de 2004, por exemplo, que envolve cinco repúblicas da América Central, a República Dominicana e os Estados Unidos, garantirá mercados regionais para exportações dos Estados Unidos em regime de *dumping*. Com a queda das tarifas, os 17.000 produtores de arroz da Nicarágua enfrentarão uma inundação de arroz intensamente subsidiado dos Estados Unidos em seu mercado.

O *dumping* dos países ricos

Os países ricos concedem volumosos subsídios agrícolas: em 2002, o Japão, os Estados Unidos e a União Européia concederam, juntos, US\$ 16 bilhões em subsídios só aos seus produtores de arroz. Entre eles, os Estados Unidos são os que mais têm lucrado com sua hipocrisia em relação ao comércio do arroz. Eles são o terceiro maior exportador de arroz do mundo — embora os custos envolvidos no cultivo do seu arroz sejam duas vezes mais altos que os despendidos na Tailândia e no Vietnã, os principais exportadores do produto. Isso só é possível graças a generosos financiamentos estatais. Em 2003, o governo dos Estados Unidos gastou US\$ 1,3 bilhão em subsídios concedidos a

produtores de arroz para apoiá-los na produção de uma safra cujo cultivo custou US\$ 1,8 bilhão — ou seja, o governo arcou com 72 por cento dos seus custos de produção.

Entre 2000 e 2003, o custo médio para se cultivar e beneficiar uma tonelada de arroz branco nos Estados Unidos foi US\$ 415. No entanto, esse arroz foi exportado em regime de *dumping* a um preço de US\$ 274 por tonelada, ou seja, 34 por cento abaixo de seu custo efetivo. Quem saiu ganhando com essa combinação de subsídios generosos nos Estados Unidos e uma rápida liberalização do comércio nos países em desenvolvimento foi o agronegócio norte-americano. Não é de se admirar que os beneficiadores e exportadores de arroz do país invistam tanto em atividades de *lobby* junto ao governo dos Estados Unidos para abrir novos mercados de exportação para seus excedentes exportados em regime de *dumping*.

Brevemente na OMC: os países ricos derrubam a porta

As negociações em curso na OMC determinarão até que ponto os países em desenvolvimento devem reduzir seus tetos tarifários. Com base na fórmula de redução tarifária proposta, conhecida como a fórmula de Harbinson, a Oxfam calculou as implicações para países em desenvolvimento. Treze países produtores de arroz — entre os quais a Índia, a China, a Nicarágua e o Egito — seriam forçados a reduzir as tarifas que cobram atualmente sobre suas importações de arroz. Esses 13 países produzem mais da metade do arroz do mundo e abrigam 1.5 bilhão de pessoas cujos meios de vida dependem da agricultura. Diante de um volume crescente de importações, eles não poderiam aumentar suas tarifas para proteger seus agricultores e a economia rural. Da mesma maneira, muitos outros países têm pouco espaço de manobra para mudar suas políticas tarifárias.

As perspectivas para outros alimentos básicos também não são boas. De acordo com a mesma fórmula:

- aves: 18 países poderiam ter reduções tarifárias automáticas, entre os quais a Costa do Marfim, Honduras e Marrocos
- açúcar: 14 países, entre os quais Quênia, as Filipinas e o Congo
- leite em pó: 13 países, entre os quais Gana, Honduras e a Índia
- soja: 13 países, entre os quais a Turquia, a China e a Costa do Marfim
- amendoim: 13 países, entre os quais a Costa Rica, a Tailândia e a Turquia
- milho: 7 países, entre os quais a Índia, o México e o Congo
- trigo: 6 países, entre os quais a Índia, o México e a Tunísia.

Se os países em desenvolvimento perderem o controle sobre suas tarifas dessa maneira, eles correrão o risco de verem suas importações de alimentos

aumentarem subitamente. Em resposta aos efeitos nocivos que essa situação pode trazer para o seu desenvolvimento rural, os países em desenvolvimento apresentaram duas propostas de tratamento especial e diferenciado:

- Uma categoria de ‘produtos especiais’ que permitiria aos países em desenvolvimento designar algumas culturas — culturas vitais para seus meios de vida, segurança alimentar e desenvolvimento rural — como isentas de reduções tarifárias;
- Um ‘mecanismo especial de salvaguarda’, que permitiria aos países pobres aumentar suas tarifas temporariamente diante de flutuações de preços ou volumes de importações.

Nas negociações desenvolvidas até agora, os países ricos e alguns países em desenvolvimento exportadores de produtos agrícolas têm procurado limitar o número de produtos e a flexibilidade previstos nessas propostas. Por outro lado, um grupo de países vulneráveis a importações, conhecido como o G33, tem defendido o direito dos governos de decidirem por conta própria quantos produtos devem ser classificados como ‘produtos especiais’ e quando invocar o mecanismo especial de salvaguarda. A Oxfam apóia os argumentos do G33.

Recomendações

Os países em desenvolvimento devem ter a liberdade de regular fluxos comerciais para apoiar seu setor agrícola e garantir sua segurança alimentar, desenvolvimento rural e crescimento no longo prazo. Isso exige medidas nos seguintes níveis:

Negociações na OMC. Um novo Acordo Agrícola deve incluir os seguintes pontos:

- Um frase no preâmbulo para esclarecer que: *‘Nada do disposto no presente acordo impedirá os países em desenvolvimento de promoverem metas de desenvolvimento, redução da pobreza e promoção da segurança alimentar e de meios de vida’.*
- Uma fórmula de redução tarifária que permita aos países em desenvolvimento reduzir suas tarifas de uma maneira que não mine suas estratégias de desenvolvimento.
- Isenção total de reduções tarifárias para culturas necessárias à segurança alimentar e um mecanismo especial de salvaguarda para os países em desenvolvimento.

Manter uma flexibilidade adequada é particularmente importante para os países em desenvolvimento, uma vez que é muito provável que as exportações em regime de *dumping* sejam mantidas durante alguns anos ainda, impedindo uma concorrência justa nos mercados agrícolas.

Acordos comerciais regionais. Os países desenvolvidos devem parar de negociar acordos comerciais regionais com países em desenvolvimento. No seu

formato atual, esses acordos ameaçam a capacidade de países pobres de implementar políticas agrícolas pró-desenvolvimento, porque os forçam a abrir suas fronteiras indiscriminadamente para produtos agrícolas altamente subsidiados.

Coerência nas políticas adotadas por instituições financeiras internacionais. O FMI e o Banco Mundial devem adotar uma nova política que não imponha condições comerciais ou impeça governos de aumentar as tarifas que aplicam como um elemento de suas estratégias de desenvolvimento rural e segurança alimentar.

Políticas nacionais: Os governos dos países em desenvolvimento, com grandes contingentes de agricultores carentes de recursos, devem assegurar que suas políticas agrícolas promovam sua segurança alimentar e meios de vida rurais e a igualdade entre os gêneros. O uso de medidas de proteção deve ser seletivo e evoluir ao longo do tempo, à medida que os países alcançam níveis mais altos de desenvolvimento econômico.

1. O que está em jogo em Hong Kong?

Na reunião ministerial da OMC a se realizar em Hong Kong em dezembro deste ano, as negociações entre 148 governos do mundo estabelecerão regras para o comércio agrícola global que vigorarão por décadas, definindo as perspectivas de milhões de agricultores de países em desenvolvimento cujos meios de vida dependem da agricultura.

O desenvolvimento rural é urgentemente necessário. Mais de 80 por cento das pessoas do mundo que enfrentam situação de pobreza vivem em áreas rurais e a promoção do crescimento agrícola é um elemento essencial de qualquer estratégia para tirá-las dessa condição. A OMC deve desempenhar um papel central na implementação dessa estratégia.

O que é necessário está claro:

- muito mais investimentos na infra-estrutura e nos mercados rurais visando promover o crescimento agrícola
- os países pobres devem ter a capacidade de regular o comércio no sentido de promover a segurança alimentar e os meios de vida rurais
- a exportação em regime de *dumping* a preços abaixo dos custos de produção por parte de países ricos deve ser interrompida
- os produtos dos países em desenvolvimento devem ter mais acesso aos mercados dos países ricos.

No entanto, os países ricos têm driblado essa agenda de desenvolvimento para promover uma agenda própria: mantendo pesados subsídios e elevadas tarifas para seus produtores e forçando países em desenvolvimento a abrir seus mercados para os excedentes de sua produção, sem levar em consideração os custos dessa situação para o desenvolvimento.

Por meio do FMI, do Banco Mundial e de acordos de livre comércio, os países ricos têm pressionado os países em desenvolvimento a reduzirem as tarifas que aplicam à importação de produtos agrícolas. Conseqüentemente, entre 1990 e 2000, os países em desenvolvimento reduziram as tarifas médias que aplicam a importações agrícolas de 30 para 18 por cento.¹ Agora, os países ricos querem consolidar a abertura desses mercados com regras obrigatórias da OMC, enquanto continuam a exportar os excedentes de sua produção em regime de *dumping* para eles.

A Oxfam vem trabalhando há muitos anos com comunidades em toda a Ásia, África e América Latina que produzem uma grande variedade de alimentos, como milho, açúcar, leite e aves. O impacto da liberalização do comércio desses produtos sobre essas comunidades é potencialmente devastador – e inaceitável à luz da persistente hipocrisia dos países ricos.

A conferência ministerial da OMC em Cancun fracassou porque os países em desenvolvimento rejeitaram as propostas da União Européia e dos Estados Unidos, que permitiriam aos produtores do Norte ter mais subsídios e um acesso mais desimpedido a mercados sem nada em troca para o Sul. É importante evitar que esse fracasso se repita em Hong Kong. Para que isso não aconteça, os países ricos devem respeitar a necessidade dos países em desenvolvimento de regular o comércio no sentido de apoiar seus agricultores familiares.

Se a reunião de Hong Kong fracassar, a OMC corre o risco de se tornar irrelevante no contexto do comércio global, já que a Rodada de Desenvolvimento de Doha provavelmente se desmantelaria. Os países em desenvolvimento seriam forçados a lidar com as demandas dos países ricos por meio de acordos comerciais bilaterais e regionais. A chance de se reduzir exportações em regime de *dumping* também se desvaneceria.

Os países desenvolvidos também têm muito a perder. Se a reunião de Hong Kong fracassar, eles perderão uma importante oportunidade de negociar o acesso ao mercado, regras comuns e disciplinas com economias emergentes, como as da China, da Índia e do Brasil, que até agora têm se recusado a negociar acordos bilaterais ou regionais.

2. O arroz como modo de vida

No mercado de Tamale, na região norte de Gana, entre barracas de frutas e legumes de diversas cores, vemos um exemplo flagrante das regras manipuladas no comércio global do arroz. Tigelas de arroz produzido em vilarejos locais são vendidas aos gritos nas ruas por mulheres, mas elas concorrem por clientes que são atraídos a lojas abarrotadas até o teto de sacas de arroz branco importado dos Estados Unidos, da Tailândia e do Vietnã.

A quinze quilômetros dali, no vilarejo de Zugu, Al-Hassan Abukari cultiva arroz há 30 anos numa área que não chega a ter um hectare. Sua safra anual de 27 sacas — de 100 kg cada — garante 60 por cento da renda da sua família. *'O milho e o painço são nossos alimentos de sobrevivência'*, ele explica, *'mas o arroz é a nossa cultura mais importante, porque a vendemos para comprar todas as outras coisas que precisamos em casa'*. Nove sacas de arroz pagam a escola de seus filhos, Yakubu, de 18 anos, e Adamu, de 10 anos. E quando Adamu teve disenteria no ano passado, foi necessário vender uma saca adicional para cobrir os custos de transporte, taxas hospitalares e remédios.

Agricultores como Al-Hassan precisam desesperadamente aumentar sua produtividade e ter um retorno maior pelo arroz que plantam. Isso exige investimentos em irrigação, no treinamento de agricultores, em melhores instalações para malhar e beneficiar o produto — e um mercado que pague um preço justo. Al-Hassan e outros moradores de seu vilarejo montaram uma cooperativa para comercializar seus produtos juntos, mas as perspectivas não são boas.

Al-Hassan ganha US\$ 215 por ano cultivando e vendendo arroz numa área de menos de um hectare. Nos Estados Unidos, os pagamentos feitos pelo governo a produtores de arroz equivalem a US\$ 232 por hectare cultivado.² *'Se eu pudesse decidir,'* ele diz, *'não permitiria mais que o arroz produzido nos Estados Unidos entrasse no país — posso garantir que, sem ele, teríamos prosperado e não estaríamos na pobreza.'* O arroz importado da Ásia não é apoiado por subsídios como o que vem dos Estados Unidos, mas quando ele é importado a preços baixos também prejudica os agricultores locais.

Para fazer frente a um volume crescente de importações, o governo de Gana planejava elevar a tarifa que cobra sobre importações de arroz de 20 para 25 por cento em 2003. O FMI vetou o aumento em consultas por

baixo dos panos. Agora, Al-Hassan teme por seu futuro. *'Se o arroz importado ficar mais barato do que já é, não teremos mais nenhum mercado para o nosso arroz. Mesmo com as tarifas de importação que temos agora, vejam só a nossa situação',* ele diz. *'Se não conseguirmos vender nosso arroz, não teremos condições de comprar fertilizantes e outros insumos necessários – e aí não teremos nada para vender'.³*

Para milhões de agricultores como Al-Hassan em toda a África, Ásia e América Latina, o cultivo do arroz é a única esperança para a superação da pobreza. No entanto, importações baratas estão minando suas perspectivas de uma vida melhor.

Vivendo do arroz

O arroz é a cultura de sobrevivência de dois bilhões de pessoas – um terço da população do mundo – que dependem de seu cultivo e beneficiamento. Cerca de 90 por cento do arroz produzido no mundo é cultivado por agricultores familiares nos países em desenvolvimento, tipicamente em áreas com menos de um hectare.⁴ Eles dependem do arroz para se alimentar e cobrir as despesas de suas famílias com assistência médica, moradia e educação.

Para quase três bilhões de pessoas – metade da população do mundo – o arroz é o alimento da vida e a principal fonte de calorias. Ele tem sido a dieta básica em muitos países asiáticos há séculos e ainda é o alimento principal na China, Índia e Indonésia, três das quatro nações mais populosas do mundo. Nas últimas quatro décadas, ele tem crescido em importância em outros lugares, principalmente na América Latina e na África subsaariana, onde representa a fonte de alimentos que mais rapidamente tem crescido.⁵

Até 2025, o número de pessoas que dependem do arroz como sua principal fonte de alimentos deve chegar a quase quatro bilhões, a vasta maioria das quais em países em desenvolvimento.⁶ Para pessoas que vivem em situação de pobreza, o arroz é claramente um elemento essencial para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

O comércio global do arroz

Nos últimos 40 anos, mudanças ocorridas no campo tecnológico e das políticas aumentaram maciçamente a produção de arroz no mundo. A introdução de variedades de alta produtividade – fenômeno conhecido como a Revolução Verde – aumentou a produtividade em 85 por cento,

dobrou a produção total e fez os preços caírem mais de 50 por cento entre 1961 e 1990.⁷

Em 2004, os agricultores do mundo produziram 608 milhões de toneladas de arroz não beneficiado – também conhecido como arroz em casca.⁸ – equivalente a quase 400 milhões de toneladas de arroz branco beneficiado.⁹ Mais de 100 países cultivam arroz, mas, em sua vasta maioria – 90 por cento – ele vem da Ásia.

Há dois tipos principais de arroz e os consumidores sabem diferenciá-los. O arroz de grão longo, o arroz *indica* – no qual este relatório se concentra – é cultivado e consumido em todo o Sul e Sudeste Asiático, na África e nas Américas, inclusive nos Estados Unidos, e representa 85 por cento da produção total de arroz do mundo. Por outro lado, o arroz de grão curto (*japonica*) é cultivado e consumido principalmente no Japão e na Coreia do Sul. Devido às suas características diferentes, os dois mercados pouco se substituem.

O arroz de grão longo pode ser crucial para a oferta de alimentos dos países em desenvolvimento, mas a maior parte dele não é comercializada internacionalmente. Seu volume no mercado global duplicou desde a década de 1960, mas ele ainda responde por apenas 6,5 por cento de toda a produção mundial,¹⁰ contra 12 por cento para o milho e 18 por cento para o trigo no final da década de 1990.¹¹ Por que o seu comércio é tão reduzido? Muitas famílias agricultoras – especialmente na Ásia – cultivam arroz principalmente para consumo próprio, de modo que somente uma parcela reduzida da sua produção chega a mercados locais e quase nada chega aos mercados internacionais. Além disso, a importância do arroz para a segurança alimentar e os meios de vida rurais leva muitos governos a regular seu comércio e apoiar sua produção interna visando promover uma situação de quase auto-suficiência.

Apenas cinco países – a Tailândia, o Vietnã, os Estados Unidos, a Índia e a China – respondem por 80 por cento das exportações de arroz de grão longo (veja a Tabela 1).

Tabela 1 - Grandes exportadores de arroz, 2003, equivalente de arroz beneficiado

<i>País</i>	<i>Exportações de arroz (milhões de toneladas)</i>	<i>% exportações totais</i>
Tailândia	8,4	30,5
Vietnã	3,8	13,8
Estados Unidos	3,8	13,7
Índia	3,4	12,4
China	2,6	9,0
Mundo	27,5	100

Fonte: FAOSTAT

Em contraste com a concentração de exportações entre poucos produtores, mais de 90 países em desenvolvimento importam arroz e muitos deles também o produzem internamente. Como mostrado na Seção 3 abaixo, nos países onde o setor do arroz é um empregador de peso, garantir um equilíbrio adequado entre sua importação e produção pode ser crucial para o desenvolvimento rural.

3. Corrigir as políticas do arroz: uma decisão a ser tomada pelos países em desenvolvimento

O arroz que é comercializado representa uma parcela reduzida do total produzido, mas, para muitos países situados na Ásia, na África e na América Latina que tanto produzem como importam o produto, mudanças no mercado internacional são extremamente importantes.

As importações ajudam a manter o arroz acessível para consumidores de baixa renda que dependem dele como um elemento importante de sua dieta, mas elas podem também minar os preços para os agricultores nacionais. Esse fenômeno pode ser provocado pela prática de *dumping*, por reduções prematuras em tarifas de importação e por preços deprimidos ou voláteis no mercado mundial. Conseqüentemente, o uso de políticas comerciais e medidas internas para estabelecer um equilíbrio adequado entre a produção e as importações é crucial para o desenvolvimento rural.

Para países com a diversidade da Indonésia e de Gana, a importação de arroz é importante para satisfazer a demanda interna que sua produção não consegue satisfazer. A Tabela 2 mostra que países com setores de arroz importantes podem ter taxas de importação muito diferentes.

Tabela 2 - Equilíbrio entre a produção e as importações, países em desenvolvimento selecionados

Equivalente de arroz beneficiado, milhares de toneladas em 2002

<i>País</i>	<i>Produção</i>	<i>Importações líquidas</i>	<i>Importações como % da oferta nacional</i>
Rep. Dom.	487	1	<1
Peru	1.413	34	2
Sri Lanka	1.907	91	5
Indonésia	34.403	2.005	6
Filipinas	8.852	1.233	12
Nicarágua	189	63	25
Nigéria	2.129	1.203	36
Gana	187	330	64
Haiti	69	310	82
Senegal	119	785	87

Fonte: FAOSTAT

Para simplificar, a oferta interna é a combinação da produção e das importações líquidas. Ela não inclui mudanças nos estoques, que são importantes em alguns casos.

Muitos governos de países em desenvolvimento intervêm nos seus setores de arroz por meio de políticas comerciais – regulando as importações e exportações do produto – e apoiando a produção interna no sentido de alcançar diversas metas mais amplas de desenvolvimento.

Promoção do crescimento por meio da agricultura

A importância relativa da agricultura tanto para o crescimento econômico como para a geração e manutenção de empregos diminui à medida que uma economia se desenvolve e se diversifica em setores industriais e de serviços. No entanto, nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico, agricultores familiares freqüentemente impulsionam o crescimento e a redução da pobreza em áreas rurais. O apoio do Estado é crucial para que isso aconteça, como ficou demonstrado na experiência da Indonésia e de outros países.

No início da década de 1970, o governo da Indonésia adotou uma estratégia robusta de desenvolvimento rural e investiu parte das suas receitas petrolíferas na construção do setor do arroz no país. O objetivo era usar políticas comerciais e agrícolas para reduzir a dependência do país de importações de alimentos e promover o crescimento rural – e foi o que aconteceu.

O órgão governamental responsável pela produção e comercialização de produtos primários, conhecido como *Bulog*, estabeleceu um piso e um teto para os preços do arroz em casca e passou a controlar cuidadosamente suas importações. Essas medidas mantiveram a oferta estável e os preços acessíveis para os consumidores, ao mesmo tempo em que protegeram seus produtores contra preços internacionais baixos e flutuantes. Ao mesmo tempo, o governo investiu intensamente na infraestrutura de irrigação e seus serviços de extensão distribuíram sementes de alta produtividade e resistência a pragas e fertilizantes e disponibilizaram linhas de crédito com juros reduzidos para agricultores familiares. No final da década de 1970, a produção havia decolado e uma condição de quase auto-suficiência foi alcançada em meados da década de 1980.

A atuação do *Bulog* foi afetada por notórios problemas de corrupção, principalmente envolvendo o desvio de ajuda alimentar humanitária em anos mais recentes. Em que pesem esses problemas, no entanto, esse órgão desempenhou um papel importante no esforço de tornar o setor do arroz um elemento central da estratégia nacional de redução da pobreza. O sucesso das políticas desenvolvidas para o setor do arroz aumentou a oferta de alimentos no país e a renda de milhões de famílias

rurais, impedindo um processo descontrolado de urbanização. Entre o início da década de 1960 e o final da década de 1980, a oferta de calorias *per capita* na Indonésia aumentou 45 por cento. Os salários reais dos trabalhadores em arrozais aumentaram mais de 25 por cento entre 1980 e 1986. Em todo o país, o número de pessoas que vivem abaixo da linha nacional de pobreza caiu pela metade entre 1976 e 1993.¹²

A experiência da Indonésia demonstra que investimentos estatais eficazes acompanhados de medidas de regulação do comércio e políticas agrícolas podem impulsionar o crescimento nacional. Esse papel crucial do apoio do Estado a esforços para fazer com que a agricultura decole tem sido observado em toda a história do desenvolvimento (veja o Quadro 1).

Quadro 1: Investindo no crescimento agrícola: lições da história

A História revela que quando a atividade agrícola cresce nos países em desenvolvimento, a economia cresce ainda mais. As experiências concretas da Malásia e da Índia indicam que cada dólar de renda agrícola adicional gera outros 80 centavos de dólar para empresas não agrícolas locais.¹³ Segundo pesquisas realizadas em Burquina-Faso, Níger, Senegal e Zâmbia, esse mesmo dólar adicional de renda agrícola gera de um a dois dólares adicionais para o resto da economia.¹⁴ Em análises de domicílios rurais na China também se verificou que *'a agricultura é um setor-chave para a geração de externalidades na economia rural chinesa'*.¹⁵

Em economias atualmente desenvolvidas como as da Coreia e de Taiwan, investimentos na agricultura representaram o primeiro passo nos esforços de promoção do desenvolvimento para tirar pessoas da pobreza. Na década de 1950 — quando a Coreia era tão pobre quanto o Sudão — os dois países asiáticos promoveram seu meteórico crescimento sobre a base de uma reforma agrária radical e fortes investimentos no setor rural. Terras foram distribuídas a camponeses e foi também estabelecido um mecanismo para a distribuição da renda resultante do crescimento agrícola em favor de pessoas que viviam em situação de pobreza.

Mais recentemente, histórias de sucesso na área agrícola na Índia e em Malawi revelam como o Estado pode desempenhar um papel crucial na promoção do crescimento agrícola. Isso acontece tipicamente em três fases principais: montagem, chute inicial e transferência de responsabilidades.

Na fase da montagem, condições básicas para a transformação de uma agricultura de baixa intensidade e semi-subsistência são criadas pela construção de estradas e sistemas de irrigação e por um programa de reforma agrária semelhante ao que funcionou tão bem no Leste Asiático.

Na segunda fase, o processo de transformação da agricultura precisa ter um "chute inicial" na forma de intervenções concebidas para reduzir riscos para os produtores que querem investir em melhores tecnologias e acesso a linhas de

crédito sazonais com juros baixos e fontes de sementes, fertilizantes e mercados. Em Malawi, por exemplo, as políticas mais eficazes de promoção do crescimento a favor de pessoas em situação de pobreza envolveram a distribuição de terras por parte do governo e a oferta de subsídios para a compra de insumos como fertilizantes e sementes.¹⁶ Sem intervenções dessa natureza, agricultores, fornecedores e processadores não têm condições de fazer os investimentos necessários.

Na terceira fase, após o estabelecimento de uma agricultura produtiva e após se oferecer incentivos e oportunidades de investimentos aos agricultores, o setor privado achará lucrativo se envolver e a intervenção estatal pode ser gradualmente reduzida. Nesse estágio, as receitas governamentais podem ser mais eficazmente despendidas em outras áreas, como no apoio a agricultores para modernizar e agregar mais valor às suas atividades.¹⁷

A despeito de todas as provas fornecidas pela história, a chance de os países pobres se desenvolverem com base em mecanismos robustos de apoio à agricultura desse tipo está sendo negada. Os governos dos países ricos e as instituições financeiras internacionais prescreveram um papel mínimo para o Estado nos países em desenvolvimento e pressionam pela abertura de seus mercados precisamente quando o apoio estatal e a regulação do comércio têm sido necessários para fazer com que a agricultura decole nesses países.

Criando um setor das exportações competitivo

O arroz é um produto essencial para a vida dos vietnamitas: ele é cultivado por duas de cada três famílias e responde por 90 por cento da produção dos alimentos mais consumidos no país. Nos últimos 15 anos, o arroz tem desempenhado um papel de destaque no que o Banco Mundial descreveu como 'uma das experiências mais bem-sucedidas no campo do desenvolvimento econômico', já que o Vietnã se transformou num exportador global do produto, ficando em segundo lugar atrás apenas da Tailândia.

O governo vietnamita alcançou essa proeza extraordinária por meio de uma seqüência de reformas cuidadosamente concebida em suas políticas agrícolas e comerciais: desenvolveu sua produção interna combinando apoio estatal com incentivos ao mercado interno e só depois – quando seus produtores estavam prontos para concorrer – se abriu ao comércio exterior e à concorrência.

O governo iniciou um processo de reformas internas em 1986 abolindo seu sistema de cotas para a produção domiciliar de arroz que precisava ser vendido a empresas estatais. Em vez disso, direitos de uso da terra foram redistribuídos aos domicílios para que os agricultores pudessem decidir o que queriam cultivar e a quem queriam vender seus produtos. Ao mesmo tempo, o governo investiu na infra-estrutura básica,

principalmente em sistemas de irrigação para culturas de arroz, e introduziu sementes melhoradas. A produção nacional cresceu a uma taxa de cerca de 4,8 por cento ao ano desde 1986. Mudanças na comercialização interna introduzidas em 1987 aboliram o sistema de racionamento baseado em cupons e permitiram que comerciantes privados comprassem e vendessem arroz no mercado interno.

Só mais tarde o governo eliminou seus subsídios internos e a maioria das proteções fronteiriças contra importações. O setor privado teve permissão para começar a exportar arroz em 1998 junto com a empresa estatal de comercialização, a *Vinafoods*, que ainda é um importante exportador. Foram mantidas cotas para exportações até 2001 para garantir a disponibilidade de um volume suficiente de arroz no mercado interno a um preço acessível para pessoas em situação de pobreza e as importações de fertilizantes foram liberalizadas no mesmo ano.

Segundo uma funcionária graduada de um órgão de comércio vietnamita que foi entrevistada pela Oxfam, essa seqüência gradual de reformas garantiu o sucesso da política, principalmente no que se refere à redução da pobreza. *‘Se o governo tivesse liberalizado o comércio logo no início desse processo, acredito que o impacto teria sido mais negativo sobre a segurança alimentar’*, ela disse. *‘Em 1986, o arroz ainda era produzido em pequena escala e com mão-de-obra não qualificada e sua produção não era muito competitiva, de modo que uma liberalização rápida teria gerado mais pobreza e afetado a segurança alimentar, além de minar a capacidade do governo de manter estoques emergenciais de arroz. A pobreza não teria sido reduzida com a mesma rapidez, principalmente entre agricultores afetados pelo súbito choque de preços provocado pela liberalização’*.¹⁸

Proteção para os meios de vida rurais

Considerando que os meios de vida de milhões de agricultores familiares dependem do arroz, muitos governos – entre os quais os da Índia, da China, do Peru e do Egito – garantiram preços mínimos aos seus produtores por meio de um sistema de compras governamentais e regulação dos fluxos de importações e exportações.

Mesmo nos países cuja estratégia é diversificar a produção persuadindo seus produtores a cultivarem outros produtos diferentes do arroz, esses mecanismos de preços mínimos podem ser essenciais, funcionando como uma rede de segurança durante o período de transição. Na Malásia, por exemplo, a atual estratégia agrícola do governo visa interromper gradualmente a produção de arroz em regiões improdutivas e orientar seus produtores no sentido de cultivarem produtos alternativos. Ao

mesmo tempo, o Estado continua a garantir preços mínimos aos produtores e mantém um monopólio sobre as importações.¹⁹

Da mesma maneira, embora o Vietnã seja um dos maiores exportadores de arroz do mundo, seu governo começou a estimular os produtores de arroz do país a desenvolverem esquemas de aquíicultura e a cultivar produtos mais remunerativos após a queda sem precedentes nos preços pagos nos mercados mundiais registrada em 2001. Ao mesmo tempo, o governo introduziu um esquema de compra de arroz em casca para oferecer uma rede de segurança a seus agricultores e garantir a renda durante o período de transição.²⁰

A comercialização de alimentos: dilemas enfrentados no campo das políticas

O processo de formulação de políticas agrícolas e comerciais é caracterizado por dilemas que os governos enfrentam para tentar alocar da melhor maneira possível seus recursos escassos e equilibrar interesses conflitantes. Sete dilemas recorrentes no campo das políticas para o setor do arroz envolvem questões mais amplas no debate em torno do comércio agrícola:

- o papel do comércio na garantia da segurança alimentar
- o equilíbrio entre os interesses dos consumidores e dos produtores
- impactos do comércio sobre mulheres e homens
- impactos ambientais e sociais da agricultura intensiva
- implicações para a receita governamental e sua balança comercial
- conseqüências para o comércio Sul-Sul
- a capacidade do Estado de implementar suas políticas como planejado.

Comércio e segurança alimentar

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), *'a segurança alimentar está presente quando todas as pessoas têm, continuamente, acesso físico e econômico a alimentos seguros e nutritivos em quantidades suficientes para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para terem uma vida ativa e saudável.'*²¹

Atualmente, cerca de 800 milhões de pessoas estão subnutridas no mundo. Esse nível de privação continua praticamente inalterado desde

1990, a despeito da meta de desenvolvimento do milênio de reduzir esse número para algo em torno de 400 milhões de pessoas até 2015. Portanto, a necessidade de se aumentar a segurança alimentar é urgente.²²

No nível nacional, o comércio pode ajudar a garantir uma oferta adequada de alimentos: quando Bangladesh foi vítima de enchentes devastadoras em 1998, por exemplo, comerciantes privados importaram 2,4 milhões de toneladas de arroz que estabilizaram os preços internos e evitaram uma crise alimentar.²³ No entanto, apoiar-se unicamente em importações não é, em muitos casos, uma estratégia segura ou confiável para garantir a segurança alimentar em países em desenvolvimento no longo prazo.

As importações brutas de alimentos dos países em desenvolvimento aumentaram em 115 por cento entre 1970 e 2001, transformando seu superávit combinado do comércio de alimentos de US\$ 1 bilhão num déficit de mais de US\$ 11 bilhões.²⁴ Esse aumento nas importações de alimentos foi provocado, em muitos casos, por uma combinação entre a liberalização do comércio e medidas de ajuste estrutural, entre as quais a redução do apoio estatal aos agricultores.²⁵

Nas três últimas décadas, os gastos brutos com importações de alimentos como uma parcela do produto interno bruto (PIB) mais do que dobraram para um país em desenvolvimento médio. Entre os países menos desenvolvidos, essa parcela aumentou quase três vezes, excedendo 4 por cento do PIB atualmente. Os custos crescentes das importações de alimentos têm superado o crescimento econômico geral dos países em desenvolvimento, minando seus recursos econômicos.²⁶

Impressiona constatar que 43 países em desenvolvimento — a maioria deles situados na África subsaariana, na América Latina e no Caribe — dependem de um único produto primário agrícola para gerar mais de 20 por cento de suas receitas totais de exportação.²⁷ Muitos deles — principalmente os países menos desenvolvidos — lutam para gerar divisas com suas exportações para pagar suas importações de alimentos. No início da década de 1970, os países menos desenvolvidos gastavam cerca de 43 por cento de suas receitas de exportação com importações comerciais de alimentos. Desde 1990, eles têm gasto 54 por cento em média e em alguns países esse percentual chega a 80 por cento.²⁸

Devido à volatilidade e à queda observada nos preços de muitos produtos primários, as receitas de exportação desses países flutuam muito e a estratégia de depender de importações para satisfazer necessidades alimentares internas os deixa profundamente vulneráveis a

crises. Segundo a FAO, *'A combinação de gastos elevados e imprevisíveis com a importação de alimentos sem dúvida alguma mina a capacidade de alguns países menos desenvolvidos de garantir a segurança alimentar em nível nacional'*.²⁹

Outros países em desenvolvimento também estão enfrentando problemas para gerar divisas. Por exemplo, as reduções tarifárias introduzidas por Honduras em 1991 e 1999 fizeram com que as importações de arroz dos Estados Unidos aumentassem 30 vezes entre 1989 e 2002, enquanto a safra interna do país caiu de 50.000 toneladas em 1997 para apenas 7.000 toneladas em 2000. O custo em divisas para Honduras para importar esse alimento básico subiu de US\$ 1 milhão em 1989 para US\$ 32 milhões em 2004, piorando a situação da balança comercial de um país altamente endividado e já afetado por um grande déficit.³⁰ Da mesma maneira, a Nigéria, um país com o potencial de ser auto-suficiente na produção de arroz, paga US\$ 800 milhões em divisas a cada ano para importar o produto principalmente da Tailândia, da Índia e do Vietnã.³¹

Uma preocupação observada durante a Rodada do Uruguai de negociações da OMC foi o possível impacto negativo da liberalização do comércio agrícola para países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento que são importadores líquidos de alimentos. Os países menos desenvolvidos temiam que sua crescente dependência de importações de alimentos pudesse prejudicá-los se, por exemplo, os preços mundiais subissem em decorrência de um corte nos subsídios concedidos pelos países do Norte. Essas preocupações foram reconhecidas em nível político após a adoção da decisão de Marrakesh pela OMC em 2001, que prometia apoio financeiro a países afetados por altas nos preços dos alimentos.³² No entanto, a falta de vontade política por parte do FMI e do Banco Mundial — cujo mandato é ajudar a resolver problemas financeiros dessa natureza — fez com que essa decisão nunca fosse implementada na prática.

Considerando os consumidores

O arroz desempenha um papel duplo na vida de pessoas que vivem em situação de pobreza em muitos países em desenvolvimento. É o principal alimento consumido por consumidores em situação de pobreza — e, por essa razão, deve estar disponível a um custo baixo —, mas é também o principal esteio dos meios de vida de centenas de milhões de famílias agricultoras que dependem de um preço decente para suas culturas. Os interesses de trabalhadores rurais assalariados se enquadram entre os

dois: eles se beneficiam de preços mais baixos para os alimentos que precisam comprar, mas também de uma economia rural próspera que possa empregá-los.

Em grande parte, o debate em torno da liberalização do comércio agrícola enfoca prejuízos em potencial para grupos de produtores, mas não reconhece que os consumidores podem esperar uma situação melhor, já que um volume maior de importações tende a tornar os alimentos mais baratos para eles. Essa é certamente a premissa da teoria do comércio que, em muitos contextos, se confirma na prática, uma vez que mais importações geram preços mais baixos, situando os consumidores entre os beneficiados pela liberalização do comércio. No entanto, nos países em desenvolvimento, a relação entre os preços das importações e os preços ao consumidor pode ser ambígua e a distinção entre consumidores e produtores pode ser, em grande medida, artificial.

Quando um número reduzido de grandes importadores controla o mercado em decorrência de uma concorrência interna fraca, os consumidores podem não se beneficiar de importações de custo mais baixo. Em Honduras, por exemplo, os cinco maiores importadores controlam 60 por cento do comércio atualmente. Quando as tarifas foram reduzidas, o preço de importação caiu 40 por cento entre 1994 e 2000. O preço real ao consumidor, no entanto, subiu 12 por cento entre 1994 e 2004. Os benefícios dos preços mais baixos do arroz importado foram capturados por importadores e beneficiadores, e tanto os consumidores como os agricultores do país se viram numa situação ainda pior.³³

Em outros setores, uma pesquisa realizada pela organização *Consumers International* detectou casos semelhantes de práticas anticompetitivas. No Equador, um cartel de refinadores de açúcar não repassou para os consumidores os preços mais baixos pagos pelo produto após a liberalização das importações no início da década de 1990. Da mesma maneira, os preços dos alimentos subiram drasticamente na Polônia na década de 1990 a despeito de um enorme fluxo de importações de excedentes baratos da União Européia após a abertura do mercado do país e, simultaneamente, observou-se uma queda gigantesca nos preços pagos aos produtores em suas áreas de produção em todo o setor agrícola.³⁴

Essas preocupações envolvem complexas opções políticas para os governos: como equilibrar os benefícios em potencial de alimentos importados baratos para consumidores urbanos, com a perda de renda e meios de vida de agricultores em situação de pobreza, considerando a

interação entre os dois grupos? Esse equilíbrio obviamente variará de país a país dependendo do equilíbrio existente entre a pobreza urbana e rural em cada um deles e, portanto, ele precisa ser estabelecido numa base caso a caso.

Impactos do comércio agrícola sobre a questão de gênero

‘O beneficiamento do arroz é o trabalho mais importante que eu terei’, afirma Salamatu Fuseini, na região norte de Gana. ‘Usarei o dinheiro para alimentar a mim e a meus filhos. Se o preço do arroz caísse, seria desastroso para nós e eu não saberia o que fazer. Só me restaria ir para casa e não fazer nada e meus filhos não teriam o que comer’. Salamatu, 48 anos, sustenta seus sete filhos com o que ganha parboilizando arroz produzido por agricultores locais — pré-cozendo o arroz no vapor antes de ele ser descascado para que menos grãos se quebrem. Ela ganha US\$ 1,50 por um dia de trabalho.³⁵

Como muitos alimentos de consumo geral, o arroz é um produto cultivado e beneficiado principalmente por mulheres. Na verdade, as mulheres são a espinha dorsal de atividades agrícolas tradicionais: dois terços da força de trabalho feminina nos países em desenvolvimento estão envolvidos em atividades agrícolas.³⁶ Na África subsaariana e no Caribe, até 80 por cento de todos os alimentos básicos são produzidos por mulheres; e na região sul da Ásia e Sudeste Asiático, 60 por cento do trabalho de cultivo e de outras atividades envolvidas na produção de alimentos são realizados por mulheres.³⁷

Embora as mulheres sejam as que mais trabalhem na produção agrícola, elas raramente são reconhecidas como agricultoras. Muitas delas têm um acesso limitado à propriedade de terras ou a linhas de crédito e têm menos oportunidades de treinamento em projetos de extensão, além de freqüentemente enfrentarem restrições impostas por regras culturais quando precisam viajar ou comercializar seus produtos. Essas barreiras são reforçadas quando as políticas governamentais não reconhecem as mulheres como proprietárias de terras, só disponibilizam empréstimos a proprietários de terras ou treinam equipes de extensão exclusivamente compostas por homens que só levam em consideração as necessidades de agricultores comerciais.

Conseqüentemente, as mulheres tendem a cultivar apenas alimentos de consumo geral usando métodos de baixa tecnologia: elas tendem, por exemplo, a cultivar arroz irrigado pela chuva para a família e não arroz irrigado para exportação. Em muitos casos elas também cuidam do trabalho mais pesado e não pago da agricultura familiar, como o de

semear, capinar, colher e processar as culturas, e têm pouco controle sobre a renda gerada pelo seu trabalho. E quando chega a hora de comercializar os produtos, as mulheres geralmente se vêem forçadas a vender pequenas quantidades diretamente no varejo em mercados locais, enquanto os homens vendem seus produtos no atacado em mercados regionais e internacionais.

A renda agrícola das mulheres é fundamental para reduzir a pobreza rural: a renda de suas vendas cobre necessidades básicas do lar.³⁸ Conseqüentemente, a liberalização do comércio nesses contextos pode ter impactos muito prejudiciais. Em Gana e no Peru, por exemplo, a rápida liberalização do comércio agrícola — decorrente, em ambos os países, de programas de ajuste estrutural do Banco Mundial introduzidos nas décadas de 1980 e 1990 — levou a importações crescentes de arroz barato da Tailândia e dos Estados Unidos. Além de terem minado o mercado para produtores, beneficiadores e vendedores de arroz local, essas importações também estimularam os consumidores a comprarem arroz importado em vez de alimentos tradicionais — inhame, milho e sorgo em Gana, quinoa e batata no Peru —, produtos de consumo geral amplamente cultivados por mulheres agricultoras.³⁹ Em contraste, quando a liberalização do comércio cria oportunidades de exportação, elas são tipicamente aproveitadas por grandes produtores rurais dotados de todos os recursos necessários, enquanto a maioria das mulheres agricultoras não tem recursos suficientes para se beneficiar delas.

Impactos ambientais e sociais da agricultura intensiva

A produção intensiva de arroz prejudica o meio ambiente. Na Ásia, onde os grandes ganhos de produtividade gerados pela chamada Revolução Verde se estabilizaram a esta altura, as conseqüências da dependência de insumos químicos são particularmente claras. O uso excessivo de fertilizantes por parte dos agricultores reduz a biodiversidade nos arrozais e polui os cursos d'água. Os pesticidas geralmente são usados em quantidades excessivas e inadequadamente aplicados, envenenando a fauna e flora locais. O uso intensivo de água no cultivo do arroz pode salinizar o solo, reduzindo sua fertilidade. Além disso, os arrozais são responsáveis por um quinto das emissões de gás metano do mundo, que contribuem significativamente para o aquecimento global.⁴⁰

As pressões da produção comercial também estimulam os agricultores a selecionar sementes principalmente com base na sua produtividade, o que, em última análise, reduz a base genética e leva à perda de

variedades tradicionais resistentes a pragas. No início do século XX, a Índia, por exemplo, tinha cerca de 30.000 variedades de arroz. Atualmente, apenas 10 variedades são cultivadas em 75 por cento dos arrozais do país. Em 2001, das 250 patentes que garantiam direitos de propriedade intelectual para variedades de arroz, 61 por cento pertenciam a seis empresas multinacionais que, entre elas, controlavam 70 por cento do mercado mundial dos pesticidas.⁴¹

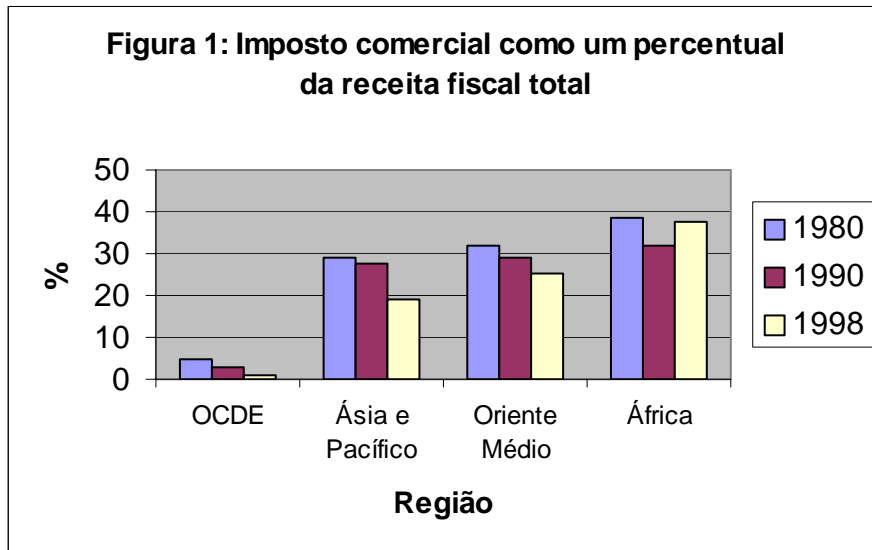
Quando os agricultores se tornam dependentes de sementes compradas e o uso de pesticidas e fertilizantes é alto, o impacto social pode ser devastador. Em pesquisas realizadas com agricultores familiares e trabalhadores contratados para cultivar diferentes produtos agrícolas em Gana, Etiópia, Senegal e Benin, por exemplo, houve muitos relatos de enxaqueca, tosse e irritações da pele e dos olhos em decorrência de um uso mais intenso de pesticidas.⁴² Diante de um cenário de custos crescentes para a compra de insumos e preços em queda – em decorrência da concorrência das importações e do poder dos compradores –, os agricultores ficaram profundamente endividados. Na Ásia, África e América Latina, o uso cada vez mais intenso de variedades que exigem insumos químicos caros coincide com relatos crescentes de suicídios entre agricultores familiares.⁴³

As políticas comerciais e agrícolas adotadas pelos governos determinam esses impactos ambientais e sociais. Pesados subsídios para a compra de fertilizantes podem simplesmente estimular os agricultores a usar quantidades excessivas desses produtos. A promoção de variedades patenteadas de sementes de alta produtividade, mas altamente dependentes de insumos químicos pode aprisionar os agricultores num ciclo de endividamento quando os preços pagos por suas culturas caem. A promoção mais acentuada da cultura do arroz do que de outras culturas para exportação pode comprometer o abastecimento d'água de uma nação. Essas implicações sociais e ambientais de esquemas intensivos de produção têm impactos óbvios sobre a redução da pobreza e, por essa razão, constituem desafios para qualquer governo que deseje aumentar sua produção para exportação ou para o mercado interno.

Implicações para a receita governamental

A redução de tarifas de importação pode diminuir muito a receita governamental. Os impostos sobre o comércio como uma fonte de receitas, se tornaram menos importantes nos últimos 20 anos em todas as regiões, exceto na África (veja a Figura 1). Nos países da África subsaariana, esses impostos geraram cerca de 30 por cento de todas as

receitas na última década. ⁴⁴ As tarifas de importação continuam sendo uma importante fonte de receita para muitos países em desenvolvimento que têm poucas alternativas fiscais. Nesses países as reduções tarifárias além de aumentarem as importações, podem prejudicar as receitas governamentais.



Fonte: 'Changing Customs: Challenges and Strategies for the Reform of Customs Administration'. FMI, 2003

Em alguns casos, reduzir as tarifas cobradas sobre importações de produtos agrícolas ou outros não gera perda de receitas. Países como Senegal e Gana, entre outros, conseguiram compensar a perda de receitas introduzindo um imposto sobre a circulação de mercadorias, ampliando a base do imposto de renda e tornando o sistema de cobrança de impostos mais eficiente. No entanto, essas medidas compensatórias dependem da existência de instituições fortes, o que não ocorre em muitos países. ⁴⁵ Segundo o FMI, os países de baixa renda só conseguiram substituir um terço da receita que perderam em decorrência de reduções tarifárias introduzidas entre 1975 e 2000 e esse fato teve sérias implicações para sua capacidade de oferecer serviços de saúde, educação, água e saneamento a pessoas que vivem em situação de pobreza. ⁴⁶

Conseqüências para o comércio Sul-Sul

Ao defenderem a liberalização do comércio nos países em desenvolvimento, os negociadores dos países ricos frequentemente

ênfatisam os benefícios de um comércio Sul-Sul mais intenso. Pode parecer oportunismo, mas esse fato exige uma análise mais profunda.

Um dos resultados de muitos países em desenvolvimento protegerem seus setores internos de arroz é a perda de exportações para exportadores de baixo custo, como a Tailândia e o Vietnã. Em 2001, esses dois países exportaram 83 e 61 por cento de seu arroz comercializado para outros países em desenvolvimento, respectivamente.⁴⁷ Para eles, mercados mais abertos em países em desenvolvimento importadores promoveriam ainda mais seus setores de arroz e aumentariam as rendas de seus produtores de arroz.

O comércio entre países em desenvolvimento está crescendo a uma taxa de 11 por cento ao ano, duas vezes mais que o comércio mundial total. Cerca de 40 por cento do comércio dos países em desenvolvimento são atribuídos atualmente ao comércio com outros países em desenvolvimento, cuja taxa era de 34 por cento em 1990, mas esse comércio ainda está concentrado entre os países de maior porte.⁴⁸

Uma redução adicional nas tarifas pode acelerar esse rápido crescimento comercial, embora outros fatores – como uma melhor infra-estrutura intra-regional e uma demanda crescente por parte dos consumidores – possam ter um impacto maior. De todo modo, os benefícios que o crescimento do comércio traria devem ser ponderados à luz da necessidade de os países usarem políticas de comércio agrícola para moldar suas perspectivas de desenvolvimento num prazo mais longo e gerar uma vantagem comparativa dinâmica, como ocorreu no Vietnã.

Além disso, embora o comércio Sul-Sul ocorra entre países em desenvolvimento, a redistribuição de oportunidades entre os produtores desses países pode aumentar a pobreza regional. Os agricultores e processadores capazes de tirar proveito de oportunidades de exportação tendem a ser os envolvidos em empreendimentos de maior escala e que exigem mais capital, enquanto os afetados por um volume maior de importações tendem a ser agricultores familiares e mulheres, que carecem dos recursos necessários para modernizar seus esquemas de produção e concorrer em bases iguais. Da mesma maneira, as capacidades comerciais dos países em desenvolvimento variam muito: se o comércio for liberalizado entre produtores de larga escala em países em desenvolvimento mais avançados e agricultores familiares em países carentes de recursos, a incidência geral da pobreza pode aumentar.

Obviamente, o comércio Sul-Sul tem um papel cada vez mais importante a desempenhar e reduções tarifárias adicionais entre os países em

desenvolvimento podem efetivamente produzir benefícios coletivos, particularmente se as iniciativas para criar preferências comerciais entre eles decolarem, como o Sistema Global de Preferências Comerciais relançado na XI UNCTAD no ano passado. No entanto, a ênfase colocada nas oportunidades que podem ser geradas pelo comércio Sul-Sul não devem desviar nossa atenção da necessidade de eliminarmos os subsídios e o protecionismo do Norte para o seu setor agrícola, uma vez que os ricos mercados dos países industrializados continuam a ser crucialmente importantes para as exportações dos países em desenvolvimento.

Intervenção do Estado: parte do problema ou parte da solução?

A intervenção do Estado no comércio e na agricultura pode ser tanto benéfica como prejudicial.

A imposição de tarifas de importação altas, por exemplo, não cria automaticamente um setor interno forte se não houver investimentos em infra-estrutura e os produtores não forem apoiados. A Nigéria, por exemplo, pode se tornar auto-suficiente na produção do arroz e um exportador regional. Atualmente, o governo da Nigéria aplica uma tarifa de 100 por cento sobre as importações de arroz para proteger seus produtores. No entanto, devido à falta de um apoio adequado ao setor por parte do governo nas décadas de 1980 e 1990, a produção do país é ineficiente e o beneficiamento do arroz é de baixa qualidade, em razão de que os consumidores preferem o arroz importado. Além disso, grandes volumes de arroz são contrabandeados para o país através de seu país vizinho, Benin, minando a eficácia da tarifa na proteção de seu mercado.

Alguns órgãos de comercialização também ganharam a reputação de serem ineficientes ou corruptos. O objetivo da empresa *Food Corporation of India* (FCI), por exemplo, é apoiar produtores e consumidores que vivem em situação de pobreza estabelecendo preços de compra mínimos e distribuindo rações a domicílios de baixa renda. Mas esse sistema de compra foi acusado de estabelecer um teto e não um piso de preços e, além disso, de ter sido dominado por grandes produtores e beneficiadores, deixando de satisfazer as necessidades dos beneficiários para os quais ele foi originalmente concebido.⁴⁹

Uma reação típica das instituições financeiras internacionais diante da má administração de sistemas de comercialização estatal desse tipo é eliminá-los completamente. No entanto, isso é feito com base na premissa de que um mercado bem estruturado surgirá em seu lugar e garantirá melhores condições para os agricultores que vivem em

situações de pobreza. Organizações administradas por produtores para a comercialização de diversas culturas na Austrália e no Canadá, por exemplo, foram muito bem-sucedidas no empoderamento de produtores no mercado. No entanto, quando juntas estatais de comercialização da África – como as que existiam na Tanzânia, na Costa do Marfim e no Senegal – foram fechadas na década de 1980, o ambiente institucional se tornou fraco demais para induzir grupos de produtores ou o setor privado a assumir seu lugar. Conseqüentemente, a produção e a infraestrutura do arroz nesses países deterioraram-se significativamente.

O caso do *Bulog* da Indonésia sugere que, mesmo onde há corrupção, os órgãos estatais de comercialização ainda podem desempenhar um papel importante na promoção da agricultura em pequena escala. No entanto, é óbvio que uma junta eficaz e que não seja corrupta tende a produzir melhores resultados para pequenos agricultores. Por essa razão, onde essas juntas estatais desempenham um papel na redução da pobreza, reformas concebidas para promover a transparência e a prestação de contas podem ser uma opção muito melhor que a sua dissolução. Para que essa transparência e prestação de contas existam de fato, todo o setor, envolvendo desde os agricultores aos processadores e também organizações da sociedade civil, devem participar do processo de formulação de políticas.

Mantendo o poder de decidir

Esses dilemas não podem ser resolvidos por um conjunto único de políticas agrícolas e comerciais capazes de garantir uma estratégia de desenvolvimento eficaz. Cada país tem suas particularidades e os governos precisam ter a flexibilidade necessária para adotar o tipo de intervenção que melhor lhes convenha à luz de suas condições nacionais. O espaço das políticas precisa ser apoiado por uma maior prestação de contas junto ao público, para que pessoas que vivem em situação de pobreza possam efetivamente ser beneficiadas pela intervenção do Estado.

Portanto, as regras multilaterais de comércio e as instituições financeiras internacionais não devem esvaziar as estratégias de desenvolvimento dos governos restringindo suas opções na formulação de suas políticas nacionais. Nas palavras do economista de Harvard Dani Rodrik, *'A formulação de políticas em nível internacional deve abrir espaços para esforços nacionais de desenvolvimento que são divergentes em sua filosofia e conteúdo. Forçar todos os países a adotar um único modelo de desenvolvimento neoliberal*

seria insensato... mesmo que existam sérias razões para se acreditar que o modelo é economicamente vantajoso'.⁵⁰

Como será mostrado nas próximas seções, a Oxfam está preocupada com a possibilidade de a direção das negociações na OMC, apoiada por pressões mais fortes a favor da liberalização do comércio, esteja cada vez mais restringindo a capacidade dos países em desenvolvimento de regular os fluxos do comércio agrícola, o que pode gerar conseqüências devastadoras para comunidades de pessoas que vivem em situação de pobreza.

4. Pressões pela redução de tarifas e de medidas de apoio

Muitos países em desenvolvimento precisam de investimentos muito maiores no setor agrícola para promover sua segurança alimentar e meios de vida rurais. No entanto, as instituições financeiras internacionais e os governos dos países ricos têm imposto condições para a concessão de empréstimos, acordos comerciais bilaterais e orçamentos de ajuda humanitária para prescrever um papel mínimo para o Estado no setor agrícola dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, estão forçando países em desenvolvimento a abrirem suas fronteiras para importações de alimentos, precisamente quando um apoio mais forte do Estado e uma regulação comercial mais rígida têm sido necessários para promover o crescimento rural.

Entre 1990 e 2000, os países em desenvolvimento reduziram suas tarifas médias sobre importações de produtos agrícolas de 30 por cento para 18 por cento.⁵¹ Em todas as tarifas, reduções unilaterais – muitas delas prescritas por programas do FMI e do Banco Mundial – respondem por 66 por cento do total. Reduções tarifárias decorrentes de compromissos assumidos no âmbito da OMC são responsáveis por 25 por cento desses cortes, enquanto a proliferação de acordos comerciais regionais gerou uma redução adicional de 10 por cento.⁵²

Negociações unilaterais: pressões do FMI e do Banco Mundial

Desde o início da década de 1980, o FMI e o Banco Mundial têm usado condições para a concessão de empréstimos; sua dominância sobre as pesquisas globais no campo das políticas de desenvolvimento e econômicas; e mecanismos informais de pressão para persuadir os governos dos países em desenvolvimento a desregular e liberalizar seus mercados agrícolas rapidamente. Essa ‘terapia de choque’ tem sido aplicada independentemente do fato de a necessidade de empréstimos de um país estar relacionada ao comércio ou não e de países ricos estarem dando reciprocidade ou não (geralmente não) à liberalização do comércio.

A ideologia do ajuste adotada pelas instituições financeiras internacionais ao longo das décadas de 1980 e 1990 rezava que os preços

de mercado deveriam determinar livremente a vantagem comparativa dos países em diferentes setores e, portanto, deveriam estabelecer seus padrões de comércio. A proteção de produtores vulneráveis ou setores agrícolas incipientes era considerada prejudicial para uma alocação eficiente de recursos ou para a competitividade no longo prazo. Além disso, essa abordagem afirmava que a liberalização unilateral era do interesse dos países em desenvolvimento, mesmo que eles subsequentemente se vissem alvos de importações de fontes altamente subsidiadas. Conseqüentemente, tanto a liberalização do comércio como a desregulação do setor agrícola estão no topo da lista de condições impostas para a assinatura de contratos de empréstimo.

Entre 1980 e 1988, medidas para liberalizar o comércio representaram 16 por cento de todas as condições impostas pelo Banco Mundial para a concessão de empréstimos e reformas no setor agrícola — com o setor produtivo no centro da maioria das condições — representaram 18 por cento dessas condições.⁵³ Na África subsaariana, 80 por cento dos empréstimos incluíam reformas no sistema de preços dos produtos agrícolas como um componente importante dessas condições.⁵⁴ Da mesma maneira, numa avaliação interna do FMI realizada em 1997, observou-se que metade de seus programas exigia reduções mensuráveis em restrições impostas ao comércio como parte das condições para a concessão de empréstimos.

A inclusão de diversas condições em contratos de empréstimos vinculados a ajustes estruturais foi intensa ao longo das décadas de 1980 e 1990. Nos setores comercial e agrícola, importantes medidas de desregulação e liberalização foram tomadas até o final da década de 1990 em decorrência dessas condições e do fato de os formuladores de políticas de alguns países em desenvolvimento terem, eles próprios, se tornado adeptos da liberalização rápida.

Já em 1984, vinte dos 28 países da África subsaariana em processo de ajuste estrutural haviam abolido restrições à participação no mercado e a parcela da produção comercializada por órgãos estatais havia se tornado insignificante na maioria dos casos.⁵⁵ O padrão era semelhante nas condições impostas pelo FMI: quase três quartos dos países analisados na avaliação realizada em 1997 tinham regimes restritivos ao comércio inicialmente, mas quatro anos depois essa proporção havia caído para apenas um quinto.⁵⁶

O que ocorreu concretamente nos países que cederam a essas pressões pela liberalização do comércio não é nada auspicioso. Forçados a

concorrer com aumentos repentinos no volume de importações em seus setores agrícolas subdesenvolvidos, produtores de arroz viram seus meios de vida se deteriorarem sem que pudessem contar com redes de segurança ou esquemas de geração de empregos para substituí-los.

Haiti: aberto e devastado

O Haiti é o país mais pobre do hemisfério ocidental, ocupando a 153ª posição entre 177 países listados no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD.⁵⁷ No entanto, ele foi submetido a uma das mais radicais agendas de liberalização do comércio do FMI. Já em 1986, ele havia sido classificado pelo mesmo FMI como um país com um regime de comércio extremamente aberto.⁵⁸

Em 1995, o FMI persuadiu o Haiti a reduzir as tarifas que cobrava sobre importações de arroz de 35 para 3 por cento. As importações aumentaram mais de 150 por cento entre 1992 e 2003, sendo que 95 por cento delas vinham dos Estados Unidos. Em termos reais, os preços do arroz em casca caíram 25 por cento no país na segunda metade da década de 1990 e essa queda se traduziu em preços de alimentos mais baixos e estáveis para seus consumidores urbanos. No entanto, como não tinham condições de concorrer com essas importações, os 50.000 produtores de arroz do Haiti — que haviam produzido 135.000 toneladas do produto em 1986 — produziam 25 por cento menos arroz em 1998. Atualmente, três de cada quatro pratos de arroz consumidos no país vêm dos Estados Unidos.

Num país no qual metade de todas as crianças está desnutrida e mais de 80 por cento da população rural vivem abaixo da linha da pobreza, as áreas de produção de arroz apresentam algumas das maiores concentrações de desnutrição e pobreza registradas em todo o mundo. Diante dessa situação de preços mais baixos, os produtores de arroz foram forçados a reduzir suas despesas com saúde e educação, por exemplo, e as mulheres foram forçadas a assumir tarefas adicionais nas lavouras. O país tornou-se perigosamente dependente de divisas escassas para comprar o que poderia ter produzido internamente. A pobreza rural se alastrou, atingindo não apenas as famílias agricultoras mais diretamente afetadas, mas também os trabalhadores rurais assalariados e as pequenas empresas agrícolas.⁵⁹

Indonésia: da crise financeira à crise agrícola

Quando a Indonésia foi duramente atingida pela crise financeira internacional de 1997, o país recorreu ao FMI pela primeira vez e aceitou

um empréstimo de US\$ 49 bilhões a título de apoio emergencial. A crise teve suas raízes no setor bancário e na política cambial, mas o FMI exigiu a adoção de medidas de liberalização do comércio como parte de seu pacote de soluções. Tanto produtos agrícolas como bens manufaturados foram alvos dessas medidas, entre os quais o arroz, a cultura mais importante para os 40 milhões de agricultores do país. As condições do FMI incluíram o fim do monopólio do órgão estatal responsável pela produção e comercialização de produtos primários, o *Bulog*, sobre as importações e a comercialização de alimentos e a redução da tarifa cobrada sobre a importação de arroz a zero.

Tornar o preço dos alimentos acessíveis a milhões de consumidores urbanos que haviam perdido seus empregos e enfrentavam uma situação de inflação galopante era, obviamente, uma prioridade, mas — num ano de boa safra — essa prioridade foi abordada às custas do empobrecimento de comunidades rurais. As importações de arroz mais do que duplicaram entre 1996 e 1999, chegando a 4,7 milhões de toneladas. O *Bulog* não conseguiu defender o piso de preços prometido aos produtores e, quando os preços caíram, eles foram forçados a vender seus produtos a preços baixos. Diante dessa situação, o governo decidiu intervir no final de 1999 para controlar essa inundação de importações e reintroduziu um tributo equivalente a uma tarifa de importação de 30 por cento.

Em 2003, o *Bulog* se tornou uma empresa estatal com fins lucrativos, em parte devido à pressão contínua do FMI por reformas institucionais. Uma pesquisa realizada pela Oxfam em 2004 em Java Ocidental, onde muitos agricultores produzem arroz em regime de agricultura familiar, verificou que o *Bulog* não está mais comprando o arroz produzido por essas famílias após essa transformação. Esses agricultores agora são forçados a vender seu produto a intermediários a preços 25 a 40 por cento abaixo do piso de preços prometido. Udin, 42 anos, cultiva arroz no distrito de Karawang com sua mulher e quatro filhos. *‘O Bulog deveria ter comprado nosso arroz de acordo com o piso de preços estabelecido pelo governo, mas ele não está fazendo nada’*, afirmou. *‘Nossos preços acabam sempre caindo porque eles são determinados pelo intermediário... Os agricultores ficam completamente indefesos porque precisam vender seus produtos rapidamente para garantir sua subsistência diária’*.⁶⁰

Gana: a pressão continua

Em meados da década de 1970, o setor arroseiro de Gana prosperava a todo o vapor e produzia todo o arroz necessário para satisfazer a

demanda de seus consumidores. Naquele momento, o arroz era um alimento principalmente urbano comprado por consumidores em melhor situação econômica. Desde então, a demanda pelo arroz tem crescido rapidamente em decorrência de uma combinação de populações urbanas cada vez maiores e mulheres que desejam alimentos que possam ser preparados mais rapidamente.

Em grande parte, essa maior demanda poderia ter sido satisfeita por produtores e beneficiadores nacionais de arroz se eles tivessem sido apoiados por fortes investimentos que lhes permitissem alcançar os padrões de qualidade esperados pelos consumidores. No entanto, graças às condições impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, ela foi satisfeita por uma inundação de importações da Tailândia, do Vietnã e dos Estados Unidos.

Em 1983, o FMI e o Banco Mundial concederam empréstimos a Gana com a condição de que o país promovesse reformas profundas em seu setor agrícola, inclusive no setor do arroz, reduzindo as tarifas cobradas sobre importações e os subsídios que concedia a seus agricultores. O aumento inevitável das importações distanciou os consumidores do arroz produzido localmente, estimulando sua preferência pelo arroz branco em relação ao arroz integral local, que é mais nutritivo, e reduziu qualquer incentivo financeiro para que os investidores modernizassem as beneficiadoras do país e alcançassem a qualidade necessária internamente.

O FMI continua pressionando o país até hoje, não em cláusulas de contratos de empréstimos, mas por trás das cenas e não oficialmente. Desde 1999, as importações de arroz do país vêm subindo dramaticamente. Por essa razão, no processo de votação do orçamento nacional para 2003, o parlamento de Gana aprovou um aumento tarifário de 20 para 25 por cento.

O pessoal do FMI em Gana, no entanto, convenceu o governo a reverter sua decisão com base no argumento de que as medidas *'eram puro protecionismo... e não se justificavam pelo argumento de que os parceiros comerciais [de Gana] estariam adotando práticas prejudiciais ao país'*. Em relação às perspectivas para os produtores de arroz, *'o FMI não faz esse tipo de análise setorial. Estamos mais preocupados com as perspectivas macroeconômicas gerais, que servem de subsídio para a formulação de políticas de consumo e produção – daí o interesse do FMI em promover uma política comercial aberta para Gana'*.⁶¹ Grupos de agricultores, sindicatos e ONGs do país estão profundamente preocupados com o fato de uma orientação

do FMI ter invalidado uma decisão do parlamento e pediram ao governo que eleve as tarifas como acordado.⁶²

Atualmente, o FMI e o Banco Mundial garantem que não impõem mais condições comerciais. No entanto, como a experiência de Gana revela, eles usam sua influência para impedir que países aumentem suas tarifas. Eles nunca reconhecem o fracasso de suas receitas de políticas comerciais e estão minando a posição dos países em desenvolvimento nas negociações na OMC ao argumentarem a favor de grandes reduções em seus tetos tarifários.⁶³

Acordos de livre comércio impõem compromissos obrigatórios de tarifas baixas

Uma confusa série de cerca de 300 acordos comerciais regionais compromete os países do mundo a adotar o que alguns autores têm depreciativamente chamado de ‘espaguete regulatório’ e esse número está crescendo rapidamente.

Os acordos comerciais bilaterais e regionais — principalmente entre parceiros comerciais muito desiguais — podem minar os compromissos assumidos nas negociações multilaterais da OMC. Particularmente os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá e a União Européia assinaram acordos bilaterais e regionais com países em desenvolvimento que são parceiros comerciais deles para impor condições obrigatórias que não conseguem garantir na OMC, conhecidas como condições ‘OMC *plus*’. Elas incluem a liberalização do comércio agrícola mediante a fixação de tarifas pelos países que são partes do acordo a níveis muito abaixo dos que aplicam na OMC.

DR-CAFTA: uma ameaça para a Nicarágua e a República Dominicana

Em maio de 2004, os Estados Unidos e os cinco países da América Central — Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua — assinaram o Acordo de Livre Comércio da América Central, o CAFTA. Quando a República Dominicana aderiu ao acordo posteriormente, ele passou a ser chamado DR-CAFTA.

Com esse acordo, os países centro-americanos e a República Dominicana pretendem ampliar os benefícios comerciais concedidos a eles pelos Estados Unidos desde 1983 no âmbito da Iniciativa da Bacia do Caribe. No entanto, os Estados Unidos tentaram garantir um acesso irrestrito aos mercados centro-americanos fazendo com que seus países se

comprometessem com termos muito mais abrangentes que os negociados na OMC num processo que eles desejam que culmine numa Área de Livre Comércio das Américas.

A visão dos Estados Unidos em relação ao acordo prevaleceu: além de garantir um período mais longo de aplicação gradual, ele não prevê qualquer tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento parceiros. Em vez disso, o acordo os força a abrir seus mercados a todas as exportações de produtos agrícolas dos Estados Unidos ao longo de um período de 18 a 20 anos, com exceções somente para a batata e a cebola na Costa Rica e para o milho em todos os países, em troca da isenção de tarifas para o setor açucareiro dos Estados Unidos.

‘Esse acordo é uma vitória para o setor do arroz dos Estados Unidos,’, afirmou o representante da Federação do Arroz dos Estados Unidos, o maior grupo de lobby do país. *‘Garantimos acesso ao mercado para arroz em casca e beneficiado, algo que nunca havíamos conseguido antes’*.⁶⁴ O acordo não menciona qualquer reforma no sistema de subsídios e créditos para exportação que constituem a base da produção e exportação de arroz nos Estados Unidos – mas não deixa qualquer dúvida em relação à obrigação dos países parceiros de abrir seus mercados para exportações. As tarifas aplicadas às importações de arroz devem começar a cair em 10 anos e chegar a zero em 18 ou 20 anos. Ao mesmo tempo, as cotas de importações com tarifa zero devem começar a aumentar imediatamente, permitindo a entrada de mais de 350.000 toneladas de arroz em casca no primeiro ano e um aumento de 2 a 3 por cento desse volume a cada ano, além de quase 55.000 toneladas de arroz beneficiado, que aumentarão a uma taxa de 5 por cento por ano.

A América Central será inundada por importações: cotas iniciais isentas de tarifas já correspondem a 40 por cento da produção total da região. A única forma de proteção prevista é um mecanismo de salvaguarda que consiste numa tarifa temporária que pode ser aumentada quando as importações aumentarem rápido demais. Esse mecanismo, no entanto, só pode ser usado em resposta a altos volumes de importações e a preços baixos de importação, de modo que ele só pode ser acionado quando o mal já está feito. Além disso, daqui a 20 anos, quando as tarifas tiverem sido eliminadas, o mecanismo de salvaguarda também será eliminado.

‘No CAFTA, determinamos se vamos cometer suicídio ou morrer de causas naturais’, afirmou Sinforiano Cáceres, presidente da federação de cooperativas agrícolas da Nicarágua. Para 17.000 produtores de arroz da

Nicarágua — que apóiam outros 19.000 empregos —, o acordo parece efetivamente suicida. Tarifas de 45 e 62 por cento para arroz em casca e beneficiado serão reduzidas a zero num prazo de 18 anos, mas a ameaça se faz presente hoje: o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos prevê preços de exportação baixos nos Estados Unidos de 2005 a 2007, abaixo do preço de mercado na Nicarágua, mesmo com a tarifa de 45 por cento. Se somarmos a isso o fluxo imediato de importações isentas de taxas aduaneiras, veremos que o mercado da Nicarágua terá importações muito fortes dos Estados Unidos desde o início.

Para terem alguma chance, os produtores nacionais precisam melhorar sua competitividade urgentemente. No entanto, a Nicarágua — que tem um número duas vezes maior de produtores de arroz do que os Estados Unidos — não dispõe, nem de longe, dos mesmos recursos para apoiar seus produtores. Os gastos totais do governo com o setor agrícola totalizaram US\$ 24,5 milhões em 2002, soma correspondente a apenas 2 por cento dos subsídios concedidos pelos Estados Unidos somente ao setor do arroz.⁶⁵

União Européia: criando 'parcerias'

Desde 1975, a Europa vem concedendo um acesso preferencial não recíproco aos seus mercados para 79 países da África, Caribe e Pacífico (os chamados países APC). Quando a OMC determinou, em 1995, que essas preferências infringiam regras multilaterais de comércio, novas formas de acordo começaram a ser discutidas. O resultado foram os Acordos de Parceria Econômica (EPAs), que a União Européia pretende estabelecer até 2008 com o objetivo de *'reduzir a pobreza apoiando o desenvolvimento sustentável e a gradual integração dos países da África, Caribe e Pacífico à economia mundial'*. Esse objetivo é louvável, mas será muito difícil produzi-lo com base nas atuais propostas da União Européia.

Os Acordos de Parceria Econômica, como propostos, são acordos de livre comércio recíprocos entre a União Européia, o maior mercado do mundo, e os países da África, Caribe e Pacífico, que incluem muitos dos países mais pobres do mundo. As perspectivas de prejuízos para o setor agrícola e as indústrias incipientes dos chamados países ACP e os meios de vida de agricultores são preocupantes.

No Quênia, por exemplo, os meios de vida de 70 por cento da população dependem da agricultura e três milhões de agricultores familiares cultivam 75 por cento de todas as suas culturas. Desde que os programas de ajuste estrutural do Banco Mundial foram implementados nas décadas de 1980 e 1990, o apoio estatal aos agricultores foi reduzido, a

produtividade agrícola vem caindo e o país vem ficando cada vez mais dependente de importações. O atual governo do Quênia quer corrigir alguns dos problemas causados pela seqüência mal planejada da liberalização do comércio no país reativando, entre outras medidas, alguns setores importantes para a segurança alimentar e os meios de vida rurais. No entanto, se o país for forçado a abrir seus mercados para as exportações da União Européia, essa perspectiva pode ser minada.

Em nome do 'desenvolvimento sustentável', os Acordos de Parceria Econômica ameaçam aumentar as exportações em regime de *dumping* de laticínios, milho e açúcar da União Européia para países como o Quênia. A essa ameaça, soma-se o arroz.

Os agricultores do Quênia – que incluem 60.000 agricultores familiares – produzem um terço do arroz consumido no país atualmente. Em Mwea, na região central do país, eles têm uma renda anual média de US\$ 3.500, que segundo os padrões nacionais é uma renda satisfatória. Os esforços que o governo está empreendendo atualmente para reabilitar esquemas de irrigação de arroz na região oeste do Quênia podem gerar mais empregos e reduzir a dependência do país de importações de alimentos.

As importações de arroz do Quênia vêm da Ásia, mas também da União Européia: o arroz oriundo da Ásia e dos Estados Unidos é importado em casca para o Reino Unido, onde é beneficiado e reexportado para diversos países. Essas reexportações para o Quênia têm aumentado desde 1995, com um pico de 22.000 toneladas em 2000, e têm contribuído para aumentar a pressão aplicada sobre o país para que importe mais arroz. Conseqüentemente, em 2002 os produtores de arroz do Quênia estavam recebendo cerca da metade do preço que cobravam em 2000.⁶⁶

Nos últimos anos, a tarifa aplicada sobre importações de arroz tem sido de 35 por cento. No entanto, se essa tarifa fosse reduzida em decorrência da assinatura de um acordo de parceria econômica, o mercado do Quênia se veria às voltas com mais importações de arroz da indústria de beneficiamento do Reino Unido. Essas importações poderão também alterar os padrões do comércio regional do produto, a exemplo das importações que o Quênia faz atualmente da Tanzânia.

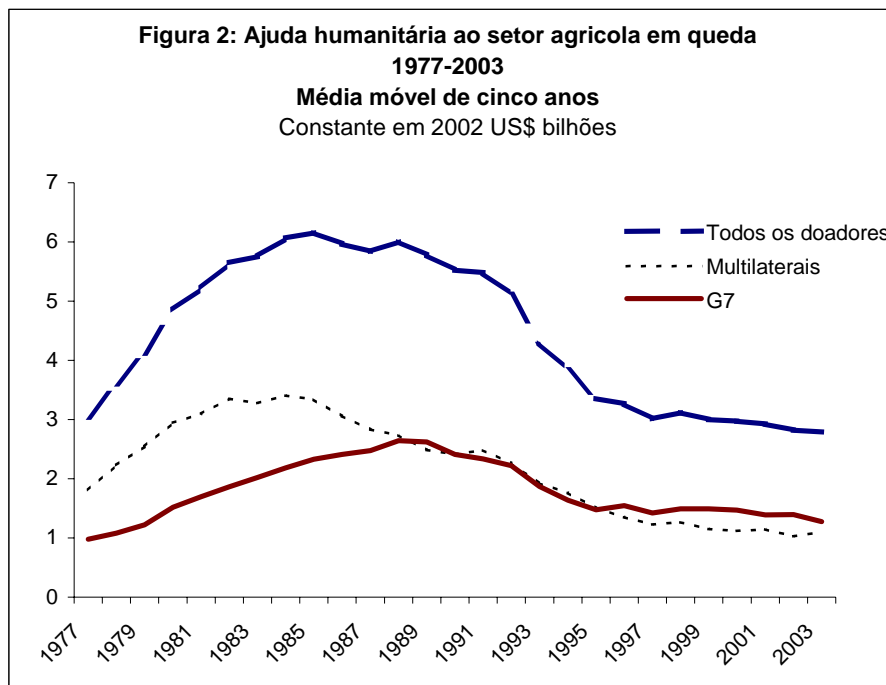
Os acordos de parceria econômica talvez permitam que os países da ACP mantenham algum mecanismo de proteção para um conjunto ainda não definido de produtos essenciais. Países como o Quênia, no entanto, precisarão fazer escolhas difíceis em relação aos produtos que isentarão.⁶⁷ O governo já identificou o arroz, além do açúcar, dos

laticínios, dos cereais e da carne, como produtos sensíveis a importações da União Européia, bem como importantes indústrias de agro-processamento.⁶⁸ Alguns desses setores seriam forçados a concorrer no mercado sem qualquer proteção e os produtores de arroz podem estar entre eles.

Menos assistência de doadores ao setor agrícola

Apoiar o desenvolvimento rural está fora de moda. Precisamente quando os países em desenvolvimento mais precisam fortalecer seus mercados rurais, os doadores se retraíram.

Os orçamentos totais de ajuda humanitária para o setor agrícola caíram mais de dois terços entre 1984 e 2002 (veja a Fig. 2). Como uma proporção de toda a ajuda humanitária, a ajuda ao setor agrícola caiu de 17 por cento no início da década de 1980 para apenas 8 por cento no final da década de 1990. Segundo a OCDE, *'A queda pode ser parcialmente explicada por cortes na ODA [assistência ao desenvolvimento externo] de um modo geral, mas as políticas setoriais dos doadores também mudaram. É possível que a exclusão do setor agrícola da agenda de redução da pobreza da década de 1990 explique parte dessa queda'*.⁶⁹



Fonte: Estatísticas da OCDE-DAC.

Mais ajuda humanitária para o setor agrícola seria urgentemente necessária e ela precisaria ser gasta mais eficientemente. Importantes investimentos têm sido feitos no setor do arroz em pesquisas de sementes, mas elas têm sido conduzidas com pouco envolvimento de agricultores, resultando em sementes que alcançam resultados bem melhores nos laboratórios que nas plantações. Além disso, sua divulgação insuficiente e a falta de treinamento impedem o acesso de agricultores familiares e mulheres agricultoras a essas sementes.

É necessário também que haja mais coerência entre a ajuda humanitária e as políticas comerciais. Nenhum país deve ser solicitado a liberalizar seu comércio sem assistência financeira e técnica para eliminar restrições do lado da demanda e criar redes de segurança.

Os impactos combinados das pressões exercidas pelo FMI e pelo Banco Mundial pela abertura do mercado e pela assinatura de acordos de livre comércio com parceiros muito mais ricos e a drástica redução da ajuda humanitária são claros. Eles transformaram o setor agrícola de muitos países pobres num setor de baixos investimentos e alta vulnerabilidade a importações. Essa situação está minando as perspectivas de desenvolvimento rural.

5. Hipocrisia em alta: *Dumping* de arroz dos Estados Unidos e beneficiários do agronegócio

A teoria do comércio tem sido usada há muito tempo para justificar a necessidade de pressionar os países em desenvolvimento a liberalizar seus mercados rapidamente. No entanto, a verdadeira fonte de pressão atrás dessa agenda não é tão abstrata assim e atende a interesses específicos de determinadas partes. Grandes atores do setor do arroz dos Estados Unidos e do comércio global do produto estão fazendo um *lobby* pesado para abrir os mercados dos países em desenvolvimento visando garantir mercados de exportação maiores e mais lucrativos.

Dumping de arroz dos Estados Unidos

A produção de arroz em casca nos Estados Unidos aumentou quatro vezes nas últimas quatro décadas e deve atingir a marca recorde de 10,5 milhões de toneladas na safra de 2004-2005.⁷⁰ A produção nos Estados Unidos supera, de longe, seu consumo — cerca de 6 milhões de toneladas em 2002 — e, por essa razão, seu setor do arroz depende de um mercado de exportação cada vez maior.⁷¹ O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos define essa estratégia em termos bastante claros: *‘A demanda interna não é mais suficiente para absorver o que os produtores norte-americanos podem produzir. A demanda de americanos bem alimentados cresce lentamente com o crescimento demográfico. A promessa de mercados novos, que estão crescendo num ritmo bem mais acelerado, está no exterior... Por essa razão, os Estados Unidos devem considerar sua política agrícola à luz do contexto internacional, ajudando seus agricultores a manter sua competitividade e pressionando por um acesso irrestrito a mercados globais’.*⁷²

Cerca de 75 por cento do arroz cultivado nos Estados Unidos são do tipo de grão longo, o mesmo tipo é cultivado e consumido por diversos países do Sul e Leste Asiático, da África e da América Latina. Apoiado por enormes subsídios, esse arroz é exportado em regime de *dumping* para muitos desses países, que estão lutando para promover setores internos viáveis.

O arroz é cultivado em cerca de 8.000 propriedades rurais nos Estados Unidos e o estado de Arkansas responde por quase metade da produção

nacional. As 332 maiores propriedades rurais do Arkansas – cada uma das quais tem mais de 400 hectares – produzem mais arroz do que todos os produtores de Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Níger e Senegal juntos.⁷³

As exportações de arroz dos Estados Unidos cresceram 60 por cento nos últimos 20 anos, totalizando 3,8 milhões de toneladas em 2003. Atualmente, o país é o terceiro maior exportador de arroz do mundo, só ficando atrás da Tailândia e do Vietnã. Ele domina 14 por cento do mercado internacional, mas exporta quase metade de sua produção total, uma proporção bem mais alta que a de outros importantes exportadores.⁷⁴

Ser um dos maiores exportadores de arroz do mundo é uma realização irônica para os Estados Unidos. Em 1999–2000 – os anos mais recentes para os quais dados comparáveis estão disponíveis – os custos médios para se cultivar uma tonelada de arroz em casca na Tailândia e no Vietnã somavam US\$ 70 e US\$ 79, respectivamente. Nos Estados Unidos, esse custo é de US\$ 188, ou seja, 2,5 vezes mais alto.⁷⁵

Em 2003, a safra de 9 milhões de toneladas de arroz em casca teve um custo de produção de US\$ 1,8 bilhão, mas os produtores só receberam US\$ 1,5 bilhão dos beneficiadores que a compram – em outras palavras, eles receberam US\$ 140 por tonelada por uma safra que custou US\$ 191 por tonelada para ser produzida. Essa situação absurda só pode ser mantida graças aos subsídios governamentais para o setor do arroz, que totalizaram US\$ 1,3 bilhão em 2003.⁷⁶ Não é de se surpreender que a pesquisa mais recente do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, realizada em 2000, tenha indicado que 57 por cento das propriedades rurais que produzem arroz no país não conseguiriam cobrir seus custos se não fosse pelos maciços subsídios governamentais que recebem.⁷⁷

Os produtores de arroz dos Estados Unidos têm o direito de receber uma série de subsídios para garantir o pagamento definido de US\$ 231,50 por tonelada dentro de determinados limites anuais. Os pagamentos efetuados de acordo com dois dos programas de subsídios – pagamentos contra-cíclicos e empréstimos para a comercialização de produtos – destinam-se a contrabalançar mudanças nos preços do mercado mundial e, assim, estimular os agricultores dos Estados Unidos a manter uma alta produção mesmo quando os preços mundiais desabam. *‘Sem os empréstimos que recebem para comercializar seus produtos, esses agricultores não seriam competitivos no comércio mundial’*, afirmou

Richard Bell, ex-diretor-presidente da empresa *Riceland Foods*, a maior beneficiadora de arroz do país.⁷⁸ O limite anual desses pagamentos por produtor rural é de US\$ 180.000, mas, graças à ‘regra das três entidades’, os produtores podem reivindicá-los integralmente para uma propriedade e receber 50 por cento por duas outras, elevando esse limite para US\$ 360.000.

No entanto, essa bonança de subsídios é ainda mais generosa graças ao comércio irrestrito de bônus de commodities – fonte de milhões de dólares adicionais para grandes agricultores e cooperativas. Os produtores podem penhorar suas safras junto ao governo em troca de um empréstimo de US\$ 6,50 por cada 100 libras (45,4 kg) de arroz quando o preço mundial está em baixa e depois comprar bônus de commodities para recomprar o arroz a um ‘preço mundial médio’ calculado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que tipicamente é bem mais baixo que a taxa original cobrada pelos empréstimos que recebem. Assim, eles podem embolsar a diferença sem que ela seja descontada de seus limites de pagamentos. Os dividendos resultantes podem ser altíssimos. Entre 2001 e 2003, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos vendeu o equivalente a US\$ 1,4 bilhão em bônus de commodities de arroz a grandes produtores, os quais restituíram apenas US\$ 701 milhão e embolsaram a diferença de US\$ 711 milhões, que não foi descontada de seus limites para pagamentos.

Além de apoiar seus produtores de arroz diretamente, os Estados Unidos usam garantias de créditos para exportação e ajuda alimentar humanitária para promover suas exportações.

Créditos para exportação: Garantias que afiançam créditos oferecidos por bancos dos Estados Unidos a importadores de produtos agrícolas do país no exterior. Os créditos para exportação são essencialmente um subsídio camuflado (mas não tão bem camuflado) a exportações porque cobrem o custo de empréstimos não quitados, que constituem um dos maiores riscos enfrentados por exportadores de produtos agrícolas. O total de créditos para a exportação de arroz entre 2003 e 2004 ultrapassou a marca de US\$ 184 milhões.⁷⁹

Ajuda alimentar humanitária: O governo dos Estados Unidos gastou US\$ 52 milhões para exportar arroz como ajuda alimentar humanitária em 2003 num volume equivalente a 11 por cento de todas as exportações de arroz do país.⁸⁰ O principal programa de ajuda alimentar humanitária está previsto na Lei Pública no. 480, conhecida como ‘Alimentos para a Paz’. Seus maiores beneficiários incluem países afetados pela

insegurança alimentar, como a Coreia do Norte, Moçambique e o Congo, para os quais essa ajuda pode ser inestimável. No entanto, outros grandes beneficiários são importantes mercados de exportação para o arroz comercialmente produzido nos Estados Unidos, como a Indonésia, as Filipinas, o Uzbequistão, a Ucrânia e a Nicarágua. Como uma resposta antecipada a qualquer cidadão que possa questionar essa forma de utilização de dinheiro dos contribuintes, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos explica que *'dos 50 maiores clientes de produtos agrícolas dos Estados Unidos, 43 – entre os quais o Egito, a Indonésia, a Coreia, Taiwan e a Tailândia – recebiam assistência alimentar formal no passado. Em resumo, a ajuda humanitária gera uma atividade comercial que pode beneficiar diretamente os americanos'*.⁸¹

Impactos das exportações dos Estados Unidos sobre os países em desenvolvimento

Entre 2000 e 2003, o custo médio para se cultivar e beneficiar uma tonelada de arroz branco nos Estados Unidos era de US\$ 415.⁸² No entanto, esse arroz foi exportado para diversos países em todo o mundo por apenas US\$ 274 por tonelada e despejado em regime de *dumping* nos mercados dos países em desenvolvimento a um preço 34 por cento abaixo de seu custo efetivo (veja a Tabela 3 e o Anexo 1). Esse *dumping* empurra os preços para baixo tanto para os exportadores dos países em desenvolvimento como para os agricultores familiares dos países importadores, além de aprofundar e prolongar depressões de preços no mercado mundial. Se levarmos em consideração a ajuda alimentar humanitária e os créditos para exportação, a margem de *dumping* seria ainda mais alta.

Tabela 3 Exportações de arroz dos Estados Unidos em regime de *dumping* para países em desenvolvimento, 2003

País	Importações dos Estados Unidos (Milhares de toneladas)
Cuba	88
El Salvador	97
Gana	111
Guatemala	59
Haiti	340
Honduras	123
Indonésia	73
Costa do Marfim	60
Jamaica	65
Nicarágua	136

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Indonésia preços pagos ao produtor minados pela ajuda alimentar humanitária. A Indonésia é um destino importante do arroz doado pelos Estados Unidos a título de ajuda alimentar humanitária: em 2002, o país recebeu 30 por cento do total dessa ajuda. Wagino, 42 anos, que produz arroz em Java Central, sentiu o impacto. *'No ano passado, vendi meu arroz a Rp 2.600 (US\$ 0,25) o quilo, mas neste ano o preço caiu em função do arroz do programa da rede de segurança social, que inundou o mercado. Disseram que o arroz veio dos Estados Unidos'*, ele disse. O arroz doado a título de ajuda humanitária é vendido a intermediários designados pelas autoridades locais, que posteriormente o vendem a comerciantes que o misturam com variedades locais preferidas e o revendem no varejo a Rp 1.500 (US\$ 0,15) o quilo. *'Isso afeta o preço local do arroz aqui'*, acrescentou Wagino. *'Antigamente, nossa terra satisfazia as necessidades alimentares da minha família e o ciclo agrícola seguinte. Agora, isso é impossível'*.⁸³

Guiana: as exportações perdem para a ajuda alimentar humanitária dos Estados Unidos. O setor do arroz da Guiana havia gerado empregos para 150.000 pessoas, muitos dos quais em comunidades carentes situadas em áreas de cultivo de arroz no litoral norte do país. O setor depende de mercados de exportação, pois exporta até 75 por cento de sua produção. Os produtores de arroz do país foram duramente afetados recentemente por grandes enchentes que prejudicaram muito a safra deste ano. No entanto, as perspectivas de comercialização do país também foram duplamente afetadas pela perda de mercados na Europa em decorrência de reformas na União Européia e de seu esquema preferencial com países da África, Caribe e Pacífico e da ajuda alimentar humanitária dos Estados Unidos à Jamaica, que mina seu mercado regional.

Nos últimos 20 anos, as exportações de arroz dos Estados Unidos para a região do Caribe triplicaram, chegando a um nível de 263.000 toneladas em 2001.⁸⁴ Para aumentar sua participação no mercado, o governo dos Estados Unidos começou a oferecer arroz — mas nenhum outro produto alimentício — ao governo jamaicano a título de ajuda alimentar humanitária sob certas condições previstas no programa Alimentos para a Paz. Em troca dessa ajuda, o governo jamaicano abriu mão, unilateralmente, de cobrar a tarifa externa do CARICOM de 25 por cento, permitindo a entrada do arroz sem qualquer cobrança de taxas aduaneiras e minando seriamente o mercado regional para a Guiana.

'Estamos afundados na pobreza — não temos emprego, as separações conjugais estão aumentando e estamos tirando nossos filhos da escola porque não temos condições de comprar livros para eles', afirma o produtor de arroz Ishmael

Alladin. Uma queda de preços no final da década de 1990 o deixou endividado e, em 2001, ele foi forçado a tirar um de seus filhos da universidade por falta de condições de arcar com seus custos.

*‘Atualmente, estamos vivendo de esperança e expectativa – observando as coisas, esperando, segurando a terra para não ficarmos sem nada se alguma coisa mudar para nossos filhos’, ele afirma.*⁸⁵

Gana: promoções dos Estados Unidos enfraquecem o mercado interno.

Quando o arroz oriundo dos Estados Unidos chega no porto de Accra, sua chegada é acompanhada de muita pompa. O grupo conhecido como *USA Rice* – o maior grupo de *lobby* do setor – considera Gana um mercado importante para suas exportações: 111.000 toneladas de arroz foram exportadas dos Estados Unidos para aquele país em 2003.

Segundo o *USA Rice*, os consumidores de Gana *‘conhecem a alta qualidade do arroz americano e desenvolveram uma forte preferência por ele. No entanto, o arroz oriundo de outras fontes [Ásia] provoca uma grande concorrência no mercado. Para manter o nível da demanda dos consumidores em patamares elevados, o grupo USA Rice desenvolveu uma campanha integrada de marketing’*.

De maio a julho de 2004, a campanha literalmente cantou as virtudes do arroz americano em cinco estações locais de rádio, três importantes canais de televisão e dois jornais de circulação nacional e terminou com a distribuição de adesivos para serem colocados em carros e de aventais de cozinha. Os beneficiadores e comerciantes do arroz produzido internamente não dispõem de nada parecido com esses recursos para promover um senso de orgulho por seus produtos no país. No entanto, se mais consumidores de Gana forem persuadidos a optar pelo arroz dos Estados Unidos, o preço local do produto pode cair ainda mais.

Asakture Abene, 42 anos, cultiva arroz há 10 anos numa área de meio hectare na região norte de Gana. Como outros produtores de arroz de seu vilarejo, ela quer melhorar a qualidade de seu produto e a quantidade que pode colher em seu terreno. No entanto, ela é forçada a vendê-lo a alguns comerciantes que vão até o seu vilarejo e oferecem preços muito baixos por ele na base do *‘pegar ou largar’*. *‘Se os Estados Unidos estão subsidiando seus produtores de arroz’, ela diz, ‘estou sofrendo à toa porque meu arroz não está sendo comprado. Preciso produzir arroz porque estou aqui. Não tenho outra opção – é a minha comida e bebida, meu meio de vida’*.⁸⁶

Impactos em cascata da Ásia. Entre 1997 e 1999, o preço no mercado mundial do arroz caiu para o nível mais baixo dos 20 anos anteriores em

função da combinação de uma safra recorde e de uma demanda fraca na Ásia após a crise financeira registrada naquele período.

Se os produtores de arroz do mundo fossem expostos às oscilações do mercado internacional nas mesmas bases, os agricultores dos Estados Unidos – que são bem menos competitivos do que outros exportadores importantes – provavelmente absorveriam o ajuste diminuindo sua produção e suas exportações. No entanto, o sistema de subsídios dos Estados Unidos, que foi concebido para entrar em ação quando os preços caem no mercado mundial, permitiu que eles mantivessem uma alta produção a despeito dos preços. Conseqüentemente, os Estados Unidos redirecionaram os impactos da queda de preços de volta para o mercado mundial, forçando outros países exportadores a assumir o ônus do ajuste.

A pressão caiu sobre a Tailândia, o Vietnã e a Índia. Diante de uma situação de baixa demanda por exportações e preços em baixa no mercado mundial, esses países acumularam estoques gigantescos tentando manter os pisos definidos para os preços pagos a seus agricultores. Em 2002, o governo tailandês tinha 4,2 milhões de toneladas de arroz em estoque; a empresa estatal de alimentos da Índia tinha um estoque de 25 milhões de toneladas. Os três países começaram então a subsidiar exportações de arroz vendendo seus estoques públicos a preços muito baixos ou oferecendo crédito subsidiado a exportadores.⁸⁷ Grande parte desse arroz acabou sendo exportada para a África Ocidental, deprimindo ainda mais os preços para seus produtores, que foram forçados a enfrentar um problema duplo: o arroz diretamente exportado dos Estados Unidos em regime de *dumping* e o arroz vendido pela Ásia a preços baixíssimos em função daquela prática dos Estados Unidos.

Agronegócio: lobistas dedicados a promover a liberalização

O setor internacional do arroz reúne uma poderosa constelação de lobistas cujo interesse comum reside na abertura dos mercados dos países em desenvolvimento. Isso não é de se admirar, porque eles são os que mais têm a lucrar com um comércio ampliado de arroz em nível internacional. Usando suas relações privilegiadas com governos e círculos acadêmicos, eles gastam milhões de dólares para convencer formuladores de políticas e o público em geral que a liberalização do comércio do arroz – e do comércio agrícola em geral – satisfaz os mais altos interesses dos países em desenvolvimento.

Produtores e beneficiadores dos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, os subsídios arroseiros — na forma de pagamentos diretos, empréstimos para a comercialização de produtos e pagamentos contra-cíclicos — são exclusivamente pagos aos produtores. Por essa razão, as três maiores cooperativas de produtores de arroz do país — a *Riceland Foods*, a *Farmers Rice Cooperative* e a *Producer's Rice Mill* — são as maiores beneficiárias de todos os subsídios agrícolas federais em nome de seus membros. No entanto, os beneficiadores de arroz ligados a essas cooperativas e outras empresas beneficiadoras de arroz como eles são os verdadeiros beneficiários dessa enorme generosidade do governo.

Graças aos subsídios concedidos aos agricultores, as empresas beneficiadoras conseguem comprar arroz em casca a preços muito abaixo de seu verdadeiro custo de produção. Com o apoio adicional dos programas de créditos para exportações e dos contratos de ajuda alimentar humanitária, eles podem, por sua vez, vender o produto nos mercados de exportação a preços incrivelmente baixos (veja o Quadro 2).

Quadro 2: Colhendo a safra: *Riceland Foods*

A *Riceland Foods*, sediada em Stuttgart, no estado do Arkansas, começou suas atividades em 1921 como uma cooperativa montada para apoiar agricultores que estavam sofrendo os efeitos de preços deprimidos após a Primeira Guerra Mundial. Ela ainda está registrada como uma cooperativa e tem 9.000 membros em cinco estados, os quais produzem arroz, trigo e soja principalmente.⁸⁸

No entanto, atualmente a cooperativa tem todas as características de uma imponente empresa de agronegócio. No ano passado, ela vendeu cerca de 1 milhão de toneladas de arroz branco — quase três vezes toda a produção dos cinco países da América Central.⁸⁹ A cooperativa foi classificada como uma das empresas da lista *Fortune 500* na década de 1990. Ela é proprietária da maior beneficiadora de arroz do mundo e exporta uma de cada oito sacas de arroz dos Estados Unidos, vendendo para 75 países em todo o mundo.⁹⁰

O diretor-presidente da *Riceland Foods* durante 23 anos, Richard Bell, se aposentou no ano passado, mas deixou um importante legado. Como foi secretário executivo do Departamento de Agricultura na administração do presidente Ford e presidente da Empresa de Créditos a Produtos Primários, Bell sabia como usar o sistema de subsídios para maximizar os pagamentos governamentais à cooperativa e seus membros. Ano após ano, a *Riceland* tem sido a maior beneficiária de todos os subsídios agrícolas americanos, tendo recebido US\$ 490 milhões só em pagamentos relacionados ao arroz entre 1995 e 2003, dos quais US\$ 437 milhões vieram de pagamentos ilimitados por certificados de produtos primários.⁹¹

Esses subsídios mantiveram os membros da *Riceland* ativos. 'Se a maioria dos agricultores dissesse que está tendo lucros [sem a ajuda humanitária do governo] estaria mentindo', afirmou em 2000 David Feilke, produtor membro

da cooperativa e ex-membro da sua diretoria. 'O arroz é um dos produtos primários mais caros'.⁹² Desde 2000, o total dos pagamentos anuais ao setor do arroz foi, em média, 50 por cento mais alto que no período de 1995 e 1999.⁹³

O mercado de exportação é essencial para a estratégia de marketing da *Riceland Foods*: as exportações são responsáveis por cerca de 25 por cento de suas vendas e chegam à África, à Ásia, à Europa, ao Oriente Médio e às Américas. O México é o principal destino das exportações da empresa — mais de 700.000 toneladas anualmente — graças ao acordo de livre comércio assinado com o país em 1992. 'O NAFTA tem sido muito bom para nós', afirmou Bell em 2000. A área que oferece mais oportunidades para a ampliação dessas exportações atualmente é a América Central. 'Com 30 milhões de pessoas, a região tem um enorme potencial', acrescentou Bell.⁹⁴ Em 2002, a *Riceland* se tornou uma acionista importante da *Agricorp*, a maior empresa importadora e beneficiadora de arroz da Nicarágua.⁹⁵ E não é de se surpreender que a cooperativa também tenha estado envolvida nas recentes negociações do acordo de livre comércio centro-americano, o DR-CAFTA.

A *Riceland* trabalha duro para abrir novos mercados. Bell usou seus contatos em *Capitol Hill* durante muitos anos para pressionar pelo fim das sanções contra o Iraque e Cuba. Seus esforços valeram a pena no final: a *Riceland* começou a exportar para Cuba em 2000 e, em parte graças ao rápido crescimento das exportações para aquele país, em 2003 suas vendas haviam subido para US\$ 123 milhões ao todo.⁹⁶ E quando propostas para o envio de cargas de arroz para o Iraque começaram a ser discutidas no final de 2004, a *Riceland* estava à frente das negociações.⁹⁷

As duas maiores associações de empresas de arroz dos Estados Unidos que estão pressionando pela abertura de mais mercados de exportação são a Federação dos Produtores de Arroz dos Estados Unidos (*USA Rice Federation*) e a Associação de Produtores de Arroz dos Estados Unidos (*US Rice Producers' Association*).

A *USA Rice Federation* — conhecida como *USA Rice* — concentra seus esforços em '*desenvolver atividades para influenciar programas governamentais, desenvolver e iniciar programas para aumentar a demanda pelo arroz produzido nos Estados Unidos em todo o mundo... e aumentar a rentabilidade do setor em todos os seus segmentos*'.⁹⁸ Seus membros incluem produtores, quase todos os beneficiadores de arroz do país e outros segmentos associados ao setor do arroz. O Conselho do Arroz (*Rice Council*) é a organização de *lobby* da *USA Rice* e suas prioridades são inequivocamente claras: grandes reduções tarifárias imediatamente e posterior eliminação de todas as tarifas cobradas pelos países em desenvolvimento sobre importações de arroz; tarifas iguais em todos esses países para o arroz em casca e beneficiado; disciplinas mais rígidas para as empresas estatais de comercialização; e — em cima de tudo isso

– nenhum corte nos subsídios arroseiros dos Estados Unidos sem um ‘significativo e substancial’ acesso a mercados no exterior.⁹⁹

A *US Rice Producers' Association* foi estabelecida em 1997 com a finalidade exclusiva de representar os interesses dos produtores de arroz e seus membros incluem a Cargill, a maior empresa de agronegócio do mundo. Sua missão é desenvolver mercados, particularmente para exportações. Segundo Penn Owen, produtor de arroz do Mississipi e presidente de seu programa internacional, o objetivo da associação é ‘ajudar a promover as exportações de todas as maneiras possíveis – de arroz beneficiado, integral, em casca ou como o cliente desejar’.¹⁰⁰

Entre 2003 e 2004, essas duas organizações do setor do arroz receberam US\$ 6,8 milhões em recursos financeiros do governo dos Estados Unidos para promover a venda do seu arroz em mercados emergentes de exportação.¹⁰¹ No entanto, seu poder de *lobby* garantiu vantagens bem maiores por meio de sua influência em negociações comerciais, como explicado na próxima seção.

Comerciantes globais de arroz

O comércio global do arroz é dominado por cerca de dez empresas comercializadoras do produto. Uma vez que as margens de lucro por tonelada de arroz comercializado são baixas, essas empresas dependem da venda rápida de altos volumes do produto, daí a razão de terem estabelecido a meta de garantir mercados internacionais cada vez mais abertos. Como usam imagens de satélites para prever a oferta global, elas têm uma forte vantagem em termos de informações em relação a países individuais, e muito maior ainda em relação aos agricultores individualmente, que procuram garantir o melhor preço possível para suas culturas. Essas empresas comercializadoras incluem atores de peso nos mercados globais de cereais, que influenciam fortemente a formulação de políticas dos Estados Unidos.

- A **Archer Daniels Midland (ADM)**, sediada nos Estados Unidos, é a segunda maior empresa comercializadora de cereais do mundo após a Cargill e vale US\$ 16 bilhões. A *ADM Rice* beneficia e exporta arroz dos Estados Unidos e é uma das empresas que estão assinando contratos de ajuda alimentar humanitária para países como a Guatemala, o Afeganistão, o Quirgistão, a Etiópia e Camarões.¹⁰² Seu vice-presidente, John Reed, Jr., é membro do Comitê Técnico Consultivo dos Estados Unidos (ATAC) para Cereais, Rações

Animais e Sementes Oleaginosas, que orienta o governo dos Estados Unidos em relação a políticas comerciais e em negociações.

- A **Louis Dreyfus**, sediada na França, é uma das maiores empresas comercializadoras de cereais e sementes oleaginosas do mundo e uma das dez maiores empresas comercializadoras de arroz. A empresa compra arroz nos Estados Unidos e na Ásia e o exporta para o Oriente Médio, a África e o Leste Europeu. Seu vice-presidente, David Lyons, também é membro do Comitê Técnico Consultivo dos Estados Unidos para Cereais, Rações Animais e Sementes Oleaginosas.

O agronegócio em ação nos bastidores

Juntas, essas empresas de agronegócios conseguem influenciar o governo dos Estados Unidos e outros de muitas maneiras para que ajam de acordo com seus interesses.

Uma mão nas negociações: O agronegócio está presente nos núcleos de formulação da política comercial dos Estados Unidos graças ao Comitê Técnico Consultivo para o Comércio Agrícola (ATACs). Segundo o Representante Comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, os membros designados para esse comitê em 2003 foram selecionados com a intenção de *'manter os esforços agressivos da administração do presidente Bush no sentido de abrir mercados no exterior para produtos agrícolas dos Estados Unidos.... A ação coordenada com nossa comunidade agrícola continuará a ser importante num momento em que o ritmo das negociações de acordos globais, regionais e bilaterais de comércio está se intensificando'*.¹⁰³

O ATAC para o comércio de grãos, rações para animais e sementes oleaginosas tem fortes interesses no comércio do arroz: as empresas e associações ADM, Louis Dreyfus, USA Rice e US Rice Producers' Association estão todas representadas nele. Em orientações técnicas emitidas em relação ao DR-CAFTA, esse ATAC expressou claramente sua preferência pela liberalização progressiva mais rápida do comércio do arroz, argumentando que, *'o período previsto de 18 anos ... é excessivamente longo e estabelece um precedente indesejável para futuros acordos de livre comércio'*.¹⁰⁴

A porta giratória: Nos Estados Unidos, como em muitos países, há uma porta giratória de intenso movimento entre cargos elevados em agroindústrias e no governo, como revela a carreira de Richard Bell, da *Riceland Foods* (veja o Quadro 2). Carreira semelhante teve o ex-executivo da Cargill Daniel Amstutz, que foi selecionado pelo governo dos Estados Unidos para coordenar a *'reconstrução'* do setor agrícola do Iraque. Em

um ano, graças, em parte, a reuniões entre autoridades comerciais do Iraque e representantes da *USA Rice* e da *US Rice Producers' Association*, foi assinado um contrato que prevê a retomada de exportações de arroz para o Iraque, que era o destino principal do arroz comercializado por essas associações antes do embargo comercial decretado em 1989.

Contribuições políticas: As empresas de agronegócios situam-se entre as dez principais doadoras de fundos para campanhas eleitorais nos Estados Unidos. Suas doações para esse fim totalizam US\$ 340 milhões desde 1990. Suas contribuições coletivas subiram de US\$ 21 milhões em 1989-90 para US\$ 43 milhões às vésperas das eleições de 2004 nos Estados Unidos. Os principais protagonistas do setor do arroz estão entre os maiores doadores atualmente. Nas eleições de 2004, a Cooperativa dos Produtores de Arroz e a *Riceland Foods* — duas das três maiores beneficiárias dos subsídios agrícolas concedidos pelos Estados Unidos — estavam entre as 20 empresas de agronegócios que mais doaram recursos para campanhas.¹⁰⁵ A ADM também estava entre os 30 maiores doadores de fundos não declarados nas eleições americanas de 2002, quando doou US\$ 1,8 milhão.¹⁰⁶

Pressão de dentro: o lobby dos beneficiadores de arroz: As indústrias de beneficiamento de arroz de muitos países em desenvolvimento pressionam seus governos para reduzir as tarifas de importação de arroz em casca. Em Honduras em 1999, por exemplo, as principais empresas de importação e beneficiamento de arroz usaram seu poder — como as únicas compradoras de arroz em casca produzido localmente — para forçar o governo a reduzir em 1 por cento a tarifa cobrada sobre as importações de arroz em casca dos Estados Unidos. *‘Os preços desabaram com as importações de arroz, que chegaram bem no período da colheita’*, afirma Eduardo Belítez, um dos poucos produtores de arroz que ainda restam no país. *‘As empresas beneficiadoras afirmaram que não era lucrativo comprar arroz produzido localmente, e sim importar o produto’*. Reduzindo seus custos com insumos, mas mantendo seus preços de venda nos mesmos níveis, essas empresas simplesmente aumentaram sua margem de lucro. Se o setor de arroz dos Estados Unidos continuar a estabelecer interesses no setor de beneficiamento na América Central, o agronegócio americano se beneficiará desse comércio nas duas pontas.¹⁰⁷

6. O que está para acontecer na OMC

Há 20 anos os países ricos vêm pressionando pela abertura dos mercados agrícolas dos países em desenvolvimento criando novos destinos para exportar excedentes de suas agroindústrias em regime de *dumping*. Agora, os países ricos querem usar as regras obrigatórias da OMC para derrubar a porta por completo, de modo que nunca mais possa ser fechada novamente. Se forem bem-sucedidos em seus planos, eles podem impedir que muitos países em desenvolvimento recorram às opções de política comercial de que precisam para tirar seus agricultores da pobreza.

Negociando a agricultura

A agricultura é um dos temas centrais que serão negociados na atual rodada de Doha de negociações comerciais multilaterais. O Acordo Agrícola (AoA) da OMC de 1995, que foi concluído como um elemento da Rodada do Uruguai, estabeleceu compromissos de liberalização sobre três 'pilares', que também servirão de base para qualquer acordo novo:

- **acesso ao mercado**, abrangendo cotas e tetos tarifários para importações
- **apoio interno**, abrangendo subsídios e outros programas, entre os quais programas que aumentam ou garantem preços pagos aos agricultores e suas rendas
- **concorrência no setor de exportações**, abrangendo subsídios a exportações; créditos para exportação, garantias e seguros; ajuda alimentar humanitária; empresas estatais de comercialização exportadoras; e restrições a exportações e impostos.

Cada um desses três pilares inclui disposições sobre o 'tratamento especial e diferenciado (SDT)' a ser concedido a países em desenvolvimento, como a isenção de alguns compromissos, metas de redução mais baixas e mais tempo para implementá-las. Os países menos desenvolvidos, por exemplo, estão isentos do compromisso de reduzir suas tarifas de importação.

A despeito da promessa de um tratamento especial e diferenciado, a dinâmica do poder na OMC tem gerado regras seriamente desequilibradas que favorecem fortemente os países ricos e os instrumentos de políticas que adotam. Os países desenvolvidos tiveram

permissão para manter grandes subsídios e usar outros instrumentos — como salvaguardas especiais — para proteger seus produtores, mas esses instrumentos não foram adaptados e tampouco estão disponíveis para a maioria dos países em desenvolvimento. Um aspecto ainda mais nocivo é que os países ricos deixaram de cumprir seus compromissos de reduzir subsídios, como revelado nas recentes controvérsias ocorridas na OMC envolvendo o açúcar comercializado pela União Européia e os subsídios concedidos pelos Estados Unidos ao seu setor algodoeiro.

Nesse processo, o tratamento especial e diferenciado deixou de fazer sentido, uma vez que os países em desenvolvimento reduziram mais suas tarifas do que os países desenvolvidos por meio de ajustes estruturais e acordos comerciais desiguais. Não é de se admirar que, nessas circunstâncias, a parcela de exportações de produtos agrícolas dos países em desenvolvimento tenha permanecido estagnada num nível de cerca de 36 por cento ao longo das duas últimas décadas.¹⁰⁸

O surgimento de blocos de países em desenvolvimento nas negociações

Um fato positivo observado na atual rodada de negociações foi o surgimento de blocos de países em desenvolvimento com uma voz mais ativa nas negociações.

Na reunião ministerial de Cancun realizada em setembro de 2003, os temores dos países em desenvolvimento de que os Estados Unidos e da União Européia continuassem a dominar as negociações levaram à formação do G20, um grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil estabelecido para coordenar as pressões da União Européia e dos Estados Unidos no sentido de restringir suas exportações e subsídios internos e, assim, pôr fim à prática do *dumping*.¹⁰⁹ Um outro grupo estabelecido em Cancun, o G33, reuniu países particularmente preocupados com as perspectivas de uma liberalização prematura de seus mercados.¹¹⁰

Embora a reunião ministerial de Cancun tenha sido marcada pelo fracasso e pela animosidade, o G20 e o G33 se mantiveram unidos, não aliviaram sua pressão e modificaram substancialmente o mapa político da OMC em prol dos interesses dos países em desenvolvimento. Ambos os grupos tiveram suas preocupações parcialmente refletidas na 'Estrutura de Julho' de 2004, que representou um passo à frente na rodada de Doha e criou um ambiente favorável para mais negociações no período que antecede a conferência ministerial de Hong Kong, a se realizar em dezembro de 2005.

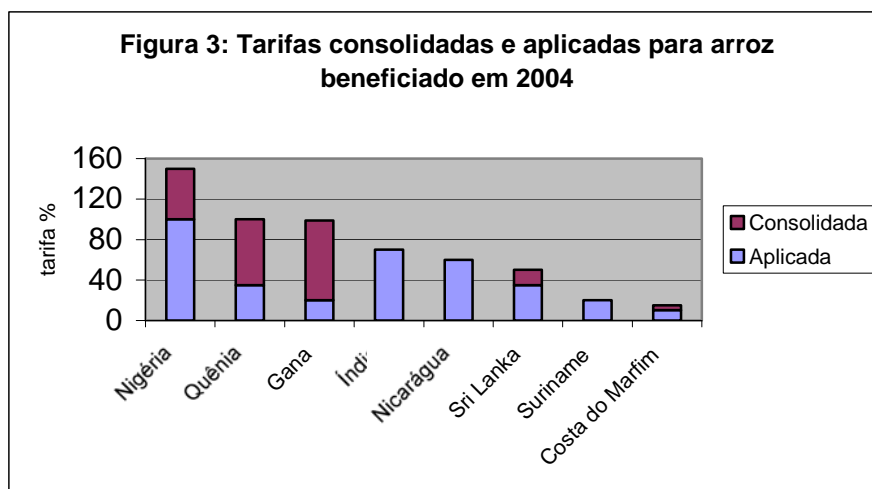
O Acordo reconheceu que: 'A agricultura é crucialmente importante para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento membros e eles devem ter condições de adotar políticas agrícolas que apoiem sua metas de desenvolvimento, suas estratégias de redução da pobreza, sua segurança alimentar e os meios de vida de suas populações'.¹¹¹ O que está em jogo é como isso se traduzirá em opções efetivas no campo das políticas para os países em desenvolvimento.

Acesso ao mercado: reduções tarifárias

As negociações da OMC sobre o acesso ao mercado estão concentradas na redução das chamadas tarifas 'consolidadas', que são o teto até o qual os países podem aumentar as tarifas de importação que aplicam, aquelas efetivamente cobradas nas fronteiras por suas autoridades alfandegárias.

O Acordo Agrícola (AoA) prevê que as barreiras não-tarifárias, como as impostas por cotas e proibições à entrada de determinados produtos, devem ser convertidas em tarifas. Os níveis das tarifas consolidadas precisaram então ser reduzidos — de acordo com uma média aplicada a todos os produtos — em 36 por cento para os países desenvolvidos até 2000 e em 24 por cento para os países em desenvolvimento até 2004. Alguns países foram também obrigados a abrir cotas para a importação de um número mínimo de produtos a alíquotas tarifárias muito baixas. Quaisquer importações fora dessas chamadas 'cotas com alíquotas tarifárias baixas' ficam sujeitas à tarifa normalmente cobrada.

Em muitos países em desenvolvimento, as tarifas atualmente cobradas sobre importações de arroz estão muito abaixo do teto previsto para as tarifas consolidadas permitidas pela OMC. Para outros países, no entanto, a tarifa cobrada já está nesse limite ou próxima dele, como mostrado para países selecionados abaixo (veja a Fig. 3).



Fonte: MACMAP

Os países em desenvolvimento devem ter a liberdade necessária para estabelecer suas tarifas aplicadas em níveis suficientemente altos para evitar a prática de *dumping* e proteger a renda de seus agricultores familiares. No entanto, precisam ter também um espaço adicional — conhecido na OMC como ‘água’ — entre suas tarifas aplicadas e o teto obrigatório para:

- **contrabalançar a volatilidade dos preços.** Os preços do arroz e de outros produtos primários no mercado mundial são voláteis. Entre 1985 e 2002, o preço médio do arroz no mercado mundial era US\$ 260, mas oscilava entre US\$ 185 e US\$ 310.¹¹² Uma queda dessas no custo das importações pode gerar volumes de importação maiores repentinamente e deprimir o preço no mercado local. Os países em desenvolvimento devem ter a liberdade necessária para aumentar suas tarifas aplicadas em resposta a uma situação dessas. De acordo com uma análise feita pela FAO envolvendo 18 alimentos básicos, as tarifas consolidadas devem ser estabelecidas num nível de 40 a 60 por cento para fazer frente a oscilações nos preços desses produtos no mercado mundial, com um acréscimo de 10 a 15 por cento para garantir a proteção de alimentos básicos.¹¹³
- **preservar opções futuras no campo das políticas.** Culturas que parecem não estar ameaçadas por importações hoje podem muito bem precisar de proteção tarifária no futuro, mas o custo da elevação de tarifas consolidadas é alto. Antes da Rodada do Uruguai, a Índia havia consolidado suas tarifas para o arroz e diversos outros

produtos agrícolas em zero. As crescentes pressões das importações sobre seus produtores internos levaram o governo a renegociar essas tarifas consolidadas em níveis entre 50 e 80 por cento em 1996. As negociações — que foram desenvolvidas separadamente com os Estados Unidos, a União Européia e a Austrália — se arrastaram por três anos e exigiram compensações substanciais por cada uma delas.¹¹⁴ Da mesma maneira, foram necessários cinco anos, de 1995 a 2000, para que a República Dominicana renegociasse aumentos em suas tarifas consolidadas para o arroz e diversos outros alimentos básicos. Em troca desses aumentos, os Estados Unidos exigiram tarifas consolidadas muito baixas para uma ampla gama de outros alimentos, sem direito de proteção contra aumentos súbitos em suas importações.¹¹⁵

- **negociar rodadas futuras.** Os países ricos ainda não introduziram cortes significativos nos altos subsídios que concedem ao setor agrícola e, a julgar pelo pouco progresso observado nas negociações em curso, é improvável que o façam na rodada de Doha. O *dumping* continua. Em troca de sua eliminação em futuras rodadas, é provável que os países ricos exijam mais reduções tarifárias por parte dos países em desenvolvimento. É por isso que os países em desenvolvimento devem preservar um espaço adequado para negociar tarifas na rodada atual.

Derrubando o teto: agricultores em risco

A 'Estrutura de Julho' de 2004 foi vaga em relação ao nível exato das reduções tarifárias exigidas dos países em desenvolvimento ou em relação à exigência de eles ampliarem suas cotas com alíquotas tarifárias baixas. Importantes exportadores de produtos agrícolas pressionaram por reduções substanciais nas tarifas e os Estados Unidos deixaram claro que esperavam '*grandes progressos no acesso ao mercado dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento*'.¹¹⁶ Em contraste, os países em desenvolvimento argumentaram a favor de reduções bem menores, considerando sua necessidade de promover sua agricultura diante da prática de *dumping* por parte de países ricos. A Estrutura procura também equilibrar as diferenças entre os membros impondo-lhes o compromisso de negociar uma '*fórmula escalonada que leve em consideração suas diferentes estruturas tarifárias*'.

Para esclarecer o que essas reduções podem significar na prática e ver que riscos os produtores de arroz podem estar correndo nas negociações da OMC, a Oxfam fez uma análise da situação usando a fórmula

escalonada proposta por Stuart Harbinson, o ex-presidente do Comitê Agrícola, em março de 2003.¹¹⁷ No entanto, a adoção de uma fórmula mais rigorosa do que essa – que está sendo defendida principalmente pelos Estados Unidos e pela Austrália – é uma possibilidade bastante real.

A Oxfam calculou as reduções mínimas de tarifas consolidadas cobradas por países em desenvolvimento membros da OMC (fora os menos desenvolvidos) sobre importações de arroz de acordo com a fórmula de Harbinson e as comparou com as tarifas que estão aplicando atualmente. Esse cálculo indica que, se os países em desenvolvimento *não* tiverem permissão de isentar produtos-chave de reduções tarifárias na OMC, os governos de 13 países em desenvolvimento produtores de arroz – entre os quais a Índia, a China, a Nicarágua e o Egito – seriam automaticamente forçados a reduzir as tarifas cobradas sobre importações de arroz, colocando seus produtores de arroz em risco (veja a Tabela 4). Esses 13 países produzem mais da metade do arroz produzido no mundo e abrigam 1,5 bilhão de pessoas cujos meios de vida dependem da agricultura.

Tabela 4: Setores de arroz ameaçados pelas reduções tarifárias a serem introduzidas de acordo com a fórmula de Harbinson

<i>País</i>	<i>Tarifa aplicada recente</i>	<i>Tarifa consolidada da atual</i>	<i>Tarifa consolidada após a redução mínima prevista na fórmula de Harbinson</i>	<i>Lacuna entre a tarifa aplicada e a nova tarifa consolidada</i>
Panamá	90	90	68	- 22
Índia	70	70	53	-17
China	65	65	49	- 16
Nicarágua	60	60	48	- 12
Turquia	45	45	36	- 9
Honduras	45	45	36	- 9
Fiji	40	40	32	- 8
El Salvador	40	40	32	-8
Costa Rica	35	35	28	- 7
Suriname	20	20	17	- 3
Egito	20	20	17	-3
Marrocos	140	195	137	-3
México	9	9	8	-1

Fonte: MACMAP

Todas as tarifas dizem respeito ao arroz beneficiado, exceto as apresentadas para o México, que são as cobradas do arroz em casca.

Entre os países em risco:

- A Índia tem cerca de 80 milhões de produtores de arroz e trabalhadores agrícolas. Dois de cada três propriedades rurais do país têm menos de um hectare, o que torna o cultivo do arroz uma atividade de agricultura familiar. As importações de arroz são baixas atualmente, mas a tarifa aplicada já está no nível do seu teto. A redução dessa tarifa pode aumentar as importações e minar os preços para esses agricultores.
- A China tem cerca de 100 milhões de produtores de arroz, a maioria dos quais depende do cultivo desse produto para sobreviver. O arroz é também o principal alimento de demanda constante, de modo que é essencial para a segurança alimentar nacional. Se a tarifa cobrada sobre as importações de arroz fosse reduzida e a cota com alíquota tarifária baixa – atualmente, 5 milhões de toneladas com uma tarifa de 1 por cento – fosse ampliada, o aumento em potencial no volume de importações de baixo custo poderia afetar os meios de vida dos produtores de arroz do país.
- Sri Lanka tem cerca de 1,8 milhão de famílias que cultivam arroz, 70 por cento das quais em áreas menores do que um hectare que obtêm 50 por cento de sua renda familiar dessa atividade.¹¹⁸ As atuais tarifas consolidadas e aplicadas são de 50 por cento e 35 por cento, respectivamente. As reduções previstas na fórmula de Harbinson diminuiriam a tarifa consolidada para 40 por cento, deixando espaço de manobra para apenas 5 por cento da tarifa aplicada, que não é suficiente para fazer frente à volatilidade de preços no mercado mundial.

Outros países mencionados neste relatório – como Gana – não aparecem nesta tabela porque suas tarifas aplicadas já foram definidas em níveis bastante baixos, freqüentemente por pressão do FMI ou de seus grupos lobistas internos representantes de setores de agronegócios. No entanto, reduções em suas tarifas consolidadas para o arroz ainda limitariam as opções futuras desses países no terreno das políticas e seu espaço de negociação em rodadas futuras na OMC.

Além do arroz, as reduções tarifárias introduzidas por essa fórmula ameaçariam muitos países em desenvolvimento por gerarem volumes maiores de importações de outros produtos agrícolas básicos. De acordo com cálculos feitos pela Oxfam para sete desses produtos, entre 6 e 18

países em desenvolvimento membros da OMC seriam automaticamente forçados a reduzir suas tarifas aplicadas para cada um deles em decorrência da redução da tarifa consolidada, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: Países em desenvolvimento que seriam forçados a reduzir tarifas aplicadas recentes de acordo com a fórmula de Harbinson

<i>Produto</i>	<i>No. de países</i>	<i>Países incluídos</i>
Aves	18	Costa do Marfim, Honduras, Marrocos
Açúcar	14	Quênia, Filipinas, Congo
Leite em pó	13	Gana, Honduras, Índia
Derivados da soja	13	Costa do Marfim, China e Turquia
Derivados do Amendoim	13	Costa Rica, Tailândia, Turquia
Milho	7	Índia, México, Congo
Trigo	6	Índia, México, Tunísia

Fonte: MACMAP

Preocupações com volumes crescentes de importações

Os países que concordaram em transformar todas suas cotas em tarifas em 1995 puderam se apoiar num mecanismo de rede de segurança conhecido como o Mecanismo da Salvaguarda Especial (SSG), que lhes permitiu aumentar direitos aduaneiros temporários em resposta a prejuízos sofridos por seus produtores em decorrência de um aumento repentino nas importações ou de uma queda de preços no mercado mundial. No entanto, de todos os países que optaram pelas tarifas naquele ano, somente 21 eram países em desenvolvimento – e, entre 1995 e 2004, só seis deles recorreram àquele mecanismo de salvaguarda especial; a Costa Rica, por exemplo, usou o mecanismo para aumentar os preços de importação do arroz durante três meses em 1999.¹¹⁹ De um modo geral, os países em desenvolvimento só recorreram ao SSG em 5 por cento dos casos em que poderiam tê-lo usado, principalmente pelo fato de os critérios necessários para acioná-lo serem rígidos e complicados demais.¹²⁰

À primeira vista, alguns países em desenvolvimento parecem não precisar de um mecanismo dessa natureza: a diferença entre os níveis de suas tarifas consolidadas e aplicadas parece ser suficientemente grande

para permitir que eles elevem suas tarifas quando necessário. No entanto, para os países que dependem de financiamentos do FMI/Banco Mundial, essa flexibilidade é freqüentemente mais teórica do que prática, como os produtores de arroz de Gana puderam constatar em 2003, quando o FMI bloqueou os planos do governo de aumentar a tarifa cobrada sobre importações de arroz (veja a Seção 4). Além disso, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) observou que a lacuna entre os níveis consolidados e aplicados era freqüentemente menor para alimentos básicos, deixando menos espaço de manobra justamente para os produtos cultivados pelos agricultores mais afetados por situações de pobreza.¹²¹

Essa falta de flexibilidade é importante, já que a experiência revela que a liberalização freqüentemente leva a um aumento repentino no volume de importações de alimentos que pode ser devastador para agricultores que vivem em situação de pobreza. Como a FAO confirmou em seu estudo envolvendo 16 países após a implementação do Acordo Agrícola: *'Houve relatos de aumento rápido nas importações na maioria dos estudos de caso.... Enquanto a liberalização do comércio gerou um aumento quase instantâneo nas importações de alimentos, esses países não puderam aumentar suas exportações. Importantes restrições do lado da oferta os impediram de tirar proveito de um maior acesso ao mercado global'*.¹²²

Um trabalho de acompanhamento dessa situação realizado pela FAO em 2000-02 — abrangendo 23 países — confirmou a crescente tendência de aumentos repentinos nos volumes das importações:¹²³ Na Guiana, as importações de alimentos e animais vivos quase que dobraram entre 1994 e 1998 e houve muita preocupação com a possibilidade de a produção interna ser substituída por importações. Os dois setores no país que parecem mais vulneráveis a aumentos repentinos nas importações são o das aves e o dos laticínios. A liberalização do comércio e importações baratas — como, por exemplo, de partes de galinhas dos Estados Unidos — foram parcialmente responsáveis pela queda da produção local. No entanto, a FAO observou que outros setores do país também foram afetados: *'Sucos de frutas importados até da França e da Tailândia afetaram a produção interna. Os produtores e comerciantes de feijão acham que o aumento nas importações afetou a produção de ervilhas do tipo minca, desenvolvidas e disseminadas por toda a Guiana na década de 1980. O mesmo se aplica a variedades locais de repolho e cenoura'*.

Medidas de liberalização tomadas no Senegal — além de uma desvalorização de 50 por cento da sua moeda em 1994 — também não promoveram a competitividade do seu setor agrícola. As importações de

extrato de tomate aumentaram 15 vezes na década de 1990, bloqueando mercados para produtores locais de tomate. Segundo a FAO, *'A liberalização das importações de extrato de tomate após 1994 está sendo responsabilizada pelo grande aumento observado nas importações e seu impacto negativo sobre a produção'*.

Na sua pesquisa, a Oxfam verificou que as importações de aves congeladas e pré-cortadas para o Senegal também explodiram, principalmente, nesse caso, as oriundas da União Européia. Em apenas dois anos, de 2001 a 2003, as importações triplicaram e a produção local caiu 24 por cento. Maïmoura Sow, uma criadora de aves de Mbao, Senegal, sentiu o impacto. *'Meus problemas começaram, de verdade, em 1999, quando doenças dizimaram minha produção, mas continuaram com a chegada de importações de coxas congeladas de galinhas. Você as encontrava em todos os lugares, em todos os mercados'*, ela conta. *'Aqui, a criação de aves ainda é a principal atividade produtiva. No entanto, muitos produtores fecharam suas empresas e venderam suas instalações'*.¹²⁴

Propostas de tratamento especial e diferenciado

Em resposta às ameaças de reduções tarifárias forçadas e aumentos prejudiciais repentinos de suas importações, os países em desenvolvimento — liderados pelo G33 — apresentaram duas propostas de tratamento especial e diferenciado. Inicialmente, elas foram descartadas pelos países ricos, mas acabaram sendo incluídas na 'Estrutura de Julho', ainda que com uma linguagem vaga.

Produtos Especiais: Os produtos especiais são culturas particularmente importantes para a segurança alimentar, os meios de vida e o desenvolvimento rural. Sua introdução marca um reconhecimento importante por parte da OMC de que nem todas as culturas são iguais: algumas são mais importantes para pessoas em situação de pobreza do que outras. A proposta é que os governos tenham mais flexibilidade em relação a produtos designados por eles como especiais, como a possibilidade de reduzir suas tarifas consolidadas muito menos ou de não reduzi-las de forma alguma. Embora a 'Estrutura de Julho' reconheça os produtos especiais, ela não define claramente como eles serão selecionados e o número deles que um país pode ter. Com base em preocupações relativas ao desenvolvimento, os produtos especiais devem ser isentos de reduções tarifárias e da ampliação das cotas com alíquotas tarifárias baixas. Eles devem abranger todas as culturas consideradas importantes do ponto de vista das necessidades de *'segurança alimentar, segurança dos meios de vida e desenvolvimento rural'*.

Mecanismo Especial de Salvaguarda: O Acordo-Quadro prevê que *‘um Mecanismo Especial de Salvaguarda (SSM) será estabelecido para ser usado por países em desenvolvimento membros’*, mas não especifica se ele será aplicado a todos os produtos ou apenas a alguns deles. A proposta do G33 é que o SSM fique disponível a todas as culturas e todos os países em desenvolvimento, inclusive aos países menos desenvolvidos, e não apenas aos 21 países qualificados para recorrer a essa salvaguarda. É necessário, também, que ela possa ser usada mais fácil e rapidamente.

Os Produtos Especiais e os Mecanismos de Salvaguarda Especial foram concebidos para atacar problemas diferentes. O mecanismo dos Produtos Especiais foi projetado para a gestão de estratégias de longo prazo para o desenvolvimento do setor agrícola dos países, consagrando o direito dos governos dos países em desenvolvimento de proteger seus agricultores familiares e adotar políticas para seus setores agrícolas incipientes que deram certo em outros lugares. Por outro lado os Mecanismos de Salvaguarda Especial foram concebidos para atenuar flutuações temporárias nas importações que podem destruir a produção local.

A resistência dos países ricos às prioridades dos países pobres

O tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, a ser aplicado com base em preocupações relativas à sua segurança alimentar, meios de vida e desenvolvimento rural, está previsto na ‘Estrutura de Julho’. No entanto, até agora as negociações foram principalmente marcadas pelas tentativas dos países ricos – particularmente dos Estados Unidos e da Austrália – e de alguns países em desenvolvimento que exportam produtos agrícolas de limitar sua importância. Esses países estão pressionando por cortes mais profundos nas tarifas cobradas por países pobres e querem impor limites ao número de produtos e às flexibilidades previstos nos mecanismos dos produtos especiais e das salvaguardas especiais.

O lobby do agronegócio dos Estados Unidos lidera esse esforço e tem manifestado claramente sua oposição ao tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento. Numa carta enviada aos negociadores dos Estados Unidos por 15 grupos lobistas da agroindústria – inclusive do setor do arroz – eles reclamam que na fórmula de Harbinson ‘os níveis das reduções [tarifárias] são completamente inadequados – particularmente para os países em desenvolvimento. Além disso, uma vez que, em muitos casos, as reduções tarifárias de níveis “consolidados” não resultarão em melhorias significativas no acesso ao mercado, insistimos para que essa fórmula seja aplicada às tarifas “aplicadas” onde quer que elas existam’.

Esses lobistas também não querem que as preocupações dos países pobres em relação à sua segurança alimentar, meios de vida e desenvolvimento rural sejam levadas em consideração. Em relação às disposições planejadas para os produtos especiais e as salvaguardas especiais, eles protestam que *'uma vez que os países em desenvolvimento oferecem o maior potencial de demanda e crescimento de importações no futuro, essas disposições minariam severamente os possíveis ganhos de acesso ao mercado que seriam gerados pelas reduções tarifárias'*.¹²⁵

Refletindo as demandas do *lobby* do agronegócio, o governo dos Estados Unidos informou a todos ministros de comércio na OMC que os Estados Unidos só aceitarão *'um número muito limitado de produtos especiais para alguns países em desenvolvimento preocupados com possíveis impactos negativos sobre seu desenvolvimento rural e agricultores familiares.'*

Por sua vez, o G33 defende o direito dos governos dos países em desenvolvimento de decidir quantos produtos devem ser classificados como especiais e não sofrer qualquer redução tarifária e de ter a maior flexibilidade possível no uso do mecanismo especial de salvaguarda. A Oxfam acredita que os argumentos do G33 são convincentes, uma vez que a agricultura desempenha um papel crucial na redução da pobreza em muitos países pobres. Os países desenvolvidos devem aprovar as disposições dos produtos especiais e do mecanismo especial de salvaguarda na OMC e garantir sua aplicabilidade e eficácia na promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento rural.

Economistas e negociadores dos países ricos às vezes expressam a preocupação de que, na prática, essas disposições possam vir a ser usadas para promover os interesses de determinados grupos e lobistas de agronegócios nos países em desenvolvimento. Como ocorre no Norte no setor do aço dos Estados Unidos, por exemplo, algumas empresas podem recorrer aos seus governos para proteger seus lucros mantendo tarifas altas às custas de consumidores pobres e oferecendo poucos benefícios a agricultores que vivem em situação de pobreza. Esses riscos são genuínos e como os governos os administrarão dependerá de sua transparência, prestação de contas e competência no trato com os tipos de *lobby* que existem em qualquer país. No entanto, a Oxfam acredita que a OMC não é a organização adequada para intervir em processos políticos internos desse tipo e que suas regras não devem substituir bons governos, reduzindo sua margem de flexibilidade na formulação de políticas.

Defendendo um ‘espaço para políticas’ na concorrência de exportações e no apoio interno

Considerando o descaso dos países em desenvolvimento com seu setor agrícola e a necessidade de intervenção do Estado para que esse setor decole, como observado na Seção 3, pode-se afirmar que as economias rurais dos países em desenvolvimento precisam claramente de mais apoio financeiro do governo, e não menos.

Apoio interno: Em função de restrições orçamentárias, os países em desenvolvimento usam principalmente tarifas e não subsídios para promover sua produção agrícola e apoiar agricultores que vivem em situação de pobreza. Os subsídios agrícolas do Brasil, por exemplo, equivalem a apenas 5 por cento dos concedidos nos Estados Unidos, embora o Brasil tenha uma população agrícola quase cinco vezes maior que a dos Estados Unidos. Em que pese esse fato, os países desenvolvidos já estão insistindo para que sejam adotadas disciplinas mais rígidas para o uso de subsídios por parte dos países em desenvolvimento.

Isso é profundamente injusto, considerando a enorme disparidade entre o nível de subsídios concedidos pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A atual rodada de negociações deve reduzir os subsídios concedidos em países desenvolvidos e garantir a flexibilidade necessária para que os países em desenvolvimento possam usá-los para promover uma agricultura sustentável e apoiar agricultores que vivem em situação de pobreza.

Embora as disciplinas propostas possam não reduzir drasticamente os níveis existentes de subsídios em muitos países em desenvolvimento, é importante garantir o direito desses países não apenas de manter, mas também de aumentar seus financiamentos para o setor agrícola no futuro. Alguns governos de países em desenvolvimento já estão perto do teto acordado na OMC para seus subsídios. A Índia, com 7,2 por cento, e o Peru, com 6,2 por cento, por exemplo, já estão próximos do seu limite de 10 por cento para o financiamento de mecanismos de apoio ao setor agrícola de um modo geral.¹²⁶

Empresas estatais de comercialização: Muitos países em desenvolvimento usam empresas estatais de comercialização para superar algumas das dificuldades enfrentadas por seus agricultores familiares. Essas empresas podem permitir que produtores se agrupem e alcancem os níveis de produção exigidos para negociar com grandes

compradores transnacionais. Elas podem também oferecer fontes vitais de crédito, controle de qualidade, informações sobre o mercado e orientações técnicas. Infelizmente, a exemplo do que ocorre em relação ao apoio interno, o debate sobre essas empresas na OMC é dominado por disputas internas nos países ricos e pelo fogo cruzado entre exportadores de produtos agrícolas ricos que têm empresas estatais de comercialização – como o Canadá e a Nova Zelândia – e os que vêm nessa prática uma concorrência desleal – como os Estados Unidos. O perigo dessa situação é que valiosas opções em termos de políticas para os países em desenvolvimento podem vir a ser eliminadas, talvez inadvertidamente.

A Oxfam produzirá outros documentos nos próximos meses com uma análise mais detalhada de aspectos relacionados ao desenvolvimento das empresas estatais de comercialização e seu tratamento nas negociações da OMC.

7. Recomendações

Os países em desenvolvimento devem ter a liberdade necessária para regular fluxos comerciais no sentido de apoiar a agricultura e garantir sua segurança alimentar, desenvolvimento rural e crescimento no longo prazo. Para tanto, a pressão aplicada sobre os países em desenvolvimento para que liberalizem suas importações de produtos agrícolas deve ser reduzida.

Nas negociações agrícolas da OMC, um novo acordo deve incluir o seguinte:

- **Uma frase no preâmbulo do novo Acordo Agrícola** deve esclarecer que *'nada do disposto no presente acordo impedirá os países em desenvolvimento de promover metas de desenvolvimento, redução da pobreza e promoção da segurança alimentar e de meios de vida'*. Essa frase estaria ancorada no texto da 'Estrutura de Julho' da OMC, que afirma que *'os países em desenvolvimento membros devem ter a liberdade necessária para adotar políticas agrícolas que apoiem suas metas de desenvolvimento, estratégias de redução da pobreza, segurança alimentar e meios de vida'*.
- **Uma fórmula de redução tarifária pró-desenvolvimento que não pressione excessivamente as tarifas cobradas pelos países em desenvolvimento.** Isso inclui o uso de uma fórmula flexível – semelhante à usada na rodada anterior de negociações na OMC – com reduções percentuais mais baixas para os países em desenvolvimento e períodos mais longos de implementação. Obviamente, os países menos desenvolvidos devem continuar isentos de quaisquer reduções tarifárias.
- **Isenção total de reduções tarifárias para culturas necessárias à segurança alimentar nos países em desenvolvimento.** Esses 'produtos especiais' devem ser selecionados pelos próprios países em desenvolvimento com base nos critérios estabelecidos na 'Estrutura de Julho' (ou seja, com base nas suas necessidades em termos de segurança alimentar, meios de vida e desenvolvimento rural). Quando necessário, os países em desenvolvimento devem ter a possibilidade de continuar a usar restrições quantitativas ou renegociar tarifas consolidadas.
- **Um Mecanismo Especial de Salvaguarda deve ser adotado para todos os países em desenvolvimento, sem limitação de produtos,**

para fazer frente a oscilações excessivas em seus preços internos e volumes de importações.

- **Um mecanismo de autodefesa deve ser adotado e usado contra possíveis práticas de *dumping*.** Enquanto o *dumping* de produtos agrícolas não for estritamente proibido pela OMC, os países em desenvolvimento ficarão particularmente vulneráveis a aumentos súbitos e imprevistos nos níveis de subsídios concedidos em importantes países produtores. Para acentuar a transparência em relação a essas práticas, a Secretaria da OMC deve computar anualmente os custos de produção e os preços de exportação de produtos agrícolas que recebem subsídios. Com base nas informações resultantes dessa análise, os países em desenvolvimento devem poder acrescentar um percentual tarifário equivalente à margem de *dumping* aos níveis de suas tarifas consolidadas. Esse seria um recurso útil para países que, livres do *dumping*, seriam competitivos e não procurariam obter uma proteção permanente na fórmula dos ‘produtos especiais’.

Em relação aos subsídios:

- Qualquer acordo deve reprimir exportações em regime de *dumping* eliminando todas as formas de subsídios a exportações e introduzindo disciplinas fortes para outros subsídios que afetam a produção e o comércio.
- Os países em desenvolvimento devem ter a liberdade necessária para manter ou aumentar seus níveis de subsídios e usar empresas estatais de comercialização ou impostos sobre exportações para promover um setor agrícola sustentável e apoiar agricultores que vivem em situação de pobreza.

Além da OMC

A liberalização gradual prevista em acordos comerciais regionais e as condições em termos de políticas comerciais impostas para a concessão de empréstimos multilaterais estão privando os países em desenvolvimento da flexibilidade necessária para adotar políticas que lhes convenham. Como a pedra angular do sistema multilateral de comércio, a OMC – e não os acordos comerciais regionais ou as instituições financeiras internacionais – deve ter a prerrogativa de estabelecer princípios e obrigações para o comércio no sentido de garantir a segurança alimentar e os meios de vida rurais.

Como observado em relação ao Acordo Agrícola, o princípio de que *'nada do disposto no presente acordo impedirá os países em desenvolvimento de promover metas de desenvolvimento, redução da pobreza e promoção da segurança alimentar e de meios de vida'* deve ser mantido nos acordos comerciais regionais e nas políticas das instituições financeiras internacionais.

Acordos comerciais regionais

Os países desenvolvidos devem parar de negociar acordos comerciais regionais com países em desenvolvimento e se concentrar no estabelecimento de um sistema multilateral de comércio justo na OMC. Na sua forma atual, os acordos comerciais regionais minam a posição dos países em desenvolvimento nas negociações de Doha. Na sua insistência para tornar os compromissos recíprocos, os atuais acordos comerciais regionais ignoram a diferença fundamental que existe entre o setor agrícola dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento e ameaçam a segurança alimentar e os meios de vida de agricultores de baixa renda e carentes de recursos.

Coerência nas políticas adotadas pelas instituições financeiras internacionais

Como uma nova política oficial, o FMI e o Banco Mundial não devem mais impor condições ou impedir que os governos aumentem tarifas aplicadas, adotem salvaguardas ou usem empresas estatais de comercialização como elementos de suas estratégias de desenvolvimento rural e segurança alimentar. Eles devem também oferecer financiamentos adicionais para ajudar os países a promoverem seus setores agrícolas e estabelecerem redes de segurança e outras políticas de ajuste adequadas.

Políticas nacionais

Os governos de países em desenvolvimento com grandes contingentes de agricultores carentes de recursos devem atribuir mais prioridade à agricultura. Eles devem tomar medidas no sentido de garantir que suas políticas agrícolas internas promovam a segurança alimentar, os meios de vida rurais e a igualdade entre os gêneros. As medidas de proteção devem ser usadas seletivamente e evoluir ao longo do tempo, à medida que os países alcançam níveis mais altos de desenvolvimento econômico.

Partes interessadas que são frequentemente excluídas do processo de formulação de políticas agrícolas e comerciais, como agricultores familiares, trabalhadores rurais e grupos de consumidores, devem ser

plenamente consultados. Antes de compromissos de liberalização serem assumidos, seu impacto sobre a segurança alimentar, meios de vida rurais e consumidores urbanos deve ser cuidadosamente analisado e, se necessário, medidas corretivas definidas para que as pessoas mais afetadas por situações de pobreza e vulneráveis não sofram os efeitos de aumentos repentinos de importações.

Anexo 1

Cálculo do dumping de arroz dos Estados Unidos

A abordagem usada no cálculo da margem de *dumping* baseia-se numa metodologia desenvolvida pelo Instituto de Políticas Agrícolas e Comerciais (*Institute for Agriculture and Trade Policy*).¹²⁷ O custo total da produção de um quintal inglês (46kg) de arroz beneficiado com um lucro razoável é calculado e comparado com seu preço de exportação. Levando-se em consideração taxas de conversão de beneficiamento, é necessária uma quantidade de 1,43 quintal inglês (65,7 kg) de arroz em casca para se produzir 1 quintal inglês (46 kg) de arroz branco. Dados oficiais estão disponíveis para os custos de produção no nível da plantação. A esse custo, acrescentam-se os custos de produção pagos pelo governo. Somente os pagamentos baseados em insumos são incluídos.

Uma estimativa de custo, com um lucro razoável, do beneficiamento e transporte é portanto derivada como a diferença média entre o preço na plantação de 1,43 quintal inglês (72,6 kg) de arroz em casca e o preço interno de 1 quintal inglês (46 kg) de arroz beneficiado. A margem de *dumping* é a diferença entre o custo de produção e o preço de exportação, dado como um percentual do custo de produção.

Custo ou preço, US\$	2000	2001	2002	2003	Média 2000-03
Preço pago ao produtor no Arkansas por 1,43 quintal inglês (65,7 kg) de arroz em casca (1)	8,0	5,62	5,95	9,87*	7,36
Preço interno pago por 1 quintal inglês (46 kg) de arroz beneficiado, FOB Houston (2)	14,83	14,55	11,80	13,68	13,72
Custo de transporte e beneficiamento de 1 quintal inglês (46 kg) de arroz beneficiado	6,83	8,93	5,85	3,81	6,36
Custo médio de beneficiamento, transporte e lucro para 1 quintal inglês (46 kg) de arroz beneficiado	6,36	6,36	6,36	6,36	—
Custo de produção para 1,43 quintal inglês (46 kg) de arroz em casca (3)	12,17	12,31	11,81	12,40	12,17
Custo para o governo pela produção de 1,43 quintal inglês (46 kg) de arroz em casca (4)	0,29	0,22	0,24	0,40	0,29
Custo total de produção de 1 quintal inglês (46 kg) de arroz beneficiado (custo no local de cultivo + custo governamental + custo médio de beneficiamento)	18,53	18,67	18,17	18,76	18,54
Preço de exportação de 1 quintal inglês (46 kg) de arroz beneficiado (5)	12,79	12,56	10,43	13,93	12,43
Margem de dumping, %	32,0	33,5	43,3	27,3	34,0

* Dados provisórios para 2003

1 tonelada métrica = 22,046 quintais ingleses

Fontes:

(1) www.usda.gov/nass/pubs/agstats.htm;

(2) FOB Houston, US\$/tonelada, www.ers.usda.gov/publications/agoutlook/aotables

(3) www.ers.usda.gov/data/costsandreturns/testpick.htm

(4) Estimativa de Apoio aos Produtores, pagamentos baseados no uso de insumos, www.ocde.org/dataoecd/33/45/323611.XLS

(5) preço de exportação ARAG mais US\$ 15/tonelada de custo de transporte.

www.ers.usda.gov/publications/so/view.asp?f=field/rcs-bb

Glossário

Tarifa aplicada: Alíquota tarifária efetivamente cobrada sobre um produto importado quando ele entra num país. Os países podem definir livremente o nível de suas tarifas aplicadas, desde que sejam inferiores às tarifas consolidadas que eles se comprometeram a respeitar na OMC. A liberalização unilateral prevista em programas do FMI e do Banco Mundial tem freqüentemente gerado tarifas aplicadas baixas.

Tarifa consolidada: De acordo com as regras da OMC, tarifas devem ser consolidadas ou fixadas num determinado nível. Esse nível estabelece o teto tarifário que os membros da OMC devem respeitar como parte de seus compromissos. Os países podem aplicar tarifas mais baixas na prática se essa decisão satisfizer suas necessidades econômicas.

Exportações em regime de *dumping*: Um produto é considerado exportado em regime de *dumping* se for exportado a um preço mais baixo que seu preço normal no mercado interno. Se os preços no mercado interno não possibilitarem uma comparação adequada, a margem de *dumping* pode ser estimada comparando-se o preço de exportação com o custo de produção e venda com um acréscimo para os lucros.

Segurança alimentar: A segurança alimentar está presente quando todas as pessoas têm, continuamente, acesso a alimentos seguros e nutritivos em quantidades suficientes para terem uma vida ativa e saudável e controle sobre eles.

Fórmula de Harbinson: Stuart Harbinson, ex-presidente do Comitê Agrícola da OMC, propôs uma fórmula escalonada para reduções tarifárias que diferencia países desenvolvidos de países em desenvolvimento. Para os países em desenvolvimento, a fórmula propõe as seguintes reduções mínimas para tarifas consolidadas: tarifas acima de 120 por cento devem sofrer um corte de 30 por cento; tarifas de 60 a 120 por cento devem sofrer uma redução de 25 por cento; tarifas na faixa de 20 a 60 por cento devem ser reduzidas em 20 por cento e tarifas abaixo de 20 por cento devem sofrer uma redução de 15 por cento.

Decisão de Marrakesh: Na Rodada do Uruguai de negociações, os membros da OMC emitiram uma 'Decisão sobre Medidas Relativas a Possíveis Efeitos Negativos do Programa de Reformas para Países Menos Desenvolvidos e Países que são Importadores Líquidos de Alimentos'. O objetivo da chamada Decisão de Marrakesh foi o de proteger países que são importadores líquidos

de alimentos contra aumentos de preços no mercado mundial esperados em decorrência da liberalização. Até o momento, ela ainda não foi acionada.

Barreiras não-tarifárias: As barreiras não-tarifárias são todos os obstáculos ao comércio que não sejam tarifas e elas podem ser quantitativas (cotas e proibições de importar ou exportar) ou técnicas (como barreiras sanitárias).

Tratamento Especial e Diferenciado (SDT): Em seu preâmbulo, o Acordo que Estabelece a Organização Mundial do Comércio cita o desenvolvimento econômico sustentável como um dos objetivos da OMC. Ele também especifica que o comércio internacional deve beneficiar o desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Essa é a base para diversas disposições de tratamento especial e diferenciado que devem adaptar regras da OMC no sentido de que elas levem em consideração as necessidades e restrições específicas dos países em desenvolvimento.

Salvaguardas Especiais: Salvaguardas são restrições contingenciais temporariamente impostas a importações diante de circunstâncias especiais, como de um aumento repentino nas importações. A disposição de salvaguarda especial existente para o setor agrícola (SSG) permite que alguns países membros aumentem suas tarifas quando os volumes de suas importações sobem acima de um determinado nível ou os preços caem abaixo de um determinado nível. Essas salvaguardas só podem ser aplicadas a produtos 'tarifados' e quando os governos se reservam o direito de usá-las. Conseqüentemente, muito poucos países em desenvolvimento têm acesso a elas. Nas negociações em curso na OMC, os países em desenvolvimento estão exigindo a adoção de um mecanismo especial de salvaguarda (SSM) que fique disponível a todos os países em desenvolvimento e cuja utilização seja muito mais fácil.

Tarifação: Um dos objetivos da Rodada do Uruguai da OMC foi o de transformar todas as barreiras não-tarifárias, como cotas, em tarifas equivalentes. Até o momento, 20 por cento dos produtos agrícolas foram tarifados dessa maneira.

Cotas com alíquotas tarifárias baixas: No âmbito do Acordo Agrícola da OMC, alguns países foram obrigados a abrir uma cota mínima para a importação de produtos a uma alíquota tarifária muito mais baixa, conhecida como uma cota de alíquota tarifária baixa. A China, por exemplo, tem uma cota de alíquota tarifária baixa para importar até 5 milhões de toneladas de arroz a uma tarifa de 1 por cento e quaisquer importações que ultrapassem essas 5 milhões de toneladas ficam sujeitas à tarifa aplicada de 65 por cento usualmente cobrada pelo país.

Notas

¹ Banco Mundial(2005), 'Global Agricultural Trade and Developing Countries', Washington DC: Banco Mundial

² Os pagamentos efetuados a produtores de arroz em 2003 totalizaram US\$ 1,734 bilhão e a área plantada com arroz totalizou três milhões de acres ou 1,2 milhão de hectares.

³ Entrevistas realizadas pela Oxfam em Tamale, Gana, em novembro de 2004

⁴ FAO (2004), 'State of Food Insecurity in the World', e M. Houssain (2004) 'Long-Term Prospects for the Global Rice Economy', Conferência da FAO sobre o Arroz, Roma, 12 a 13 de fevereiro de 2004

⁵ FAO (2004), 'State of Food Insecurity in the World', Roma

⁶ *ibid.*

⁷ *ibid.*

⁸ O arroz em casca é o arroz na forma em que é colhido, sem qualquer beneficiamento. Após ter sua casca retirada, ele se transforma em arroz integral. Se o farelo for retirado desse arroz por um processo de beneficiamento, ele se torna o que conhecemos como arroz branco.

⁹ Com base numa taxa de conversão de 65 por cento: 1 tonelada de arroz em casca produz aproximadamente 650 kg de arroz beneficiado.

¹⁰ Dawe, D. (2004), 'Changing Structure, Conduct and Performance of the World Rice Market', documento apresentado na Conferência da FAO sobre o Arroz, Roma, 12 a 13 de fevereiro de 2004

¹¹ FAOSTAT (2001) citado em Nielsen, C. (2002), 'Viet Nam in the international rice market', Food and Resource Economics Institute, No. 132, Copenhagen

¹² Hill, H. (1996), *The Indonesian Economy Since 1966*, Editora da Universidade de Cambridge: Cambridge.

¹³ Citado no Relatório Anual de 1997 do DFID (Ministério do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido) intitulado Plant Sciences Research Programme Annual Report (www.dfid-psp.org/publications/AnnualRpt/poverty.html)

¹⁴ Delgado C., J. Hopkins e V. Kelly (1998), 'Agricultural Growth Linkages in sub-Saharan Africa', Relatório de Pesquisa da IFPRI, IFRPI, Washington DC

¹⁵ Ravallion, M. (2002), 'Externalities in Rural Development: Evidence for China', Documento de Pesquisa do Banco Mundial n. 2879, Washington DC: Banco Mundial. (http://econ.worldbank.org/files/17880_wps2879.pdf)

¹⁶ Dorward, A. et al (2004), 'Institutions and Economic Policies for Pro-Poor Agricultural Growth', IFPRI e Imperial College, Londres

¹⁷ Dorward, A. e J.A. Morrison (2000), 'The Agricultural Development Experience of the Past 30 years: Lessons for LDCs', documento de informações básicas elaborado para a FAO; Green, D. e J.A. Morrison (2004), 'Fostering Pro-Sustainable Development Agriculture Trade Reform: Strategic Options Facing Developing Countries', julho de 2004, Genebra: Centro Internacional do Comércio e do Desenvolvimento Sustentável (ICTSD)

¹⁸ FAO (2003), 'The State of Food Insecurity in the World', Roma; entrevista realizada pela Oxfam em novembro de 2004; e Oxfam (2001), 'Rice for the Poor and Trade Liberalisation in Viet Nam', Oxfam GB e Oxfam Hong Kong

¹⁹ FAO (2003), 'Review of Basic Food Policies', Divisão de Produtos Primários e Comércio: Roma

²⁰ *ibid.*

²¹ Plano Especial para a Segurança Alimentar da FAO (www.fao.org/spfs)

²² FAO (2004), 'State of Food Insecurity in the World', Roma

²³ Del Ninno, C. e P.A. Dorosh (2001), 'Averting a food crisis: private imports and public targeted distribution in Bangladesh after the 1998 flood', *Agricultural Economics* 25: 337-346

²⁴ FAO (2004), 'The State of Agricultural Commodity Markets 2004', FAO: Roma

²⁵ Veja, por exemplo, Nyangito *et al.* (2004), 'Impact of Agricultural Trade and Related Policy Reforms on Food Security in Kenya', KIPPRA: Nairobi

²⁶ FAO (2004), 'The State of Agricultural Commodity Markets 2004', FAO: Roma

²⁷ FAO (2003), 'State of Food Insecurity in the World 2003', Roma

²⁸ *ibid.*

²⁹ FAO (2004), 'The State of Agricultural Commodity Markets 2004', FAO: Roma

³⁰ Oxfam Internacional (2004), 'A Raw Deal for rice under DR-CAFTA', Oxford

³¹ NANTS (2003), 'Nigeria Rice Industry: A Status Report', Lagos

³² Disponível no endereço www.wto.org/english/docs_e/legal_e/35-dag_e.htm

³³ Oxfam Internacional (2004), 'A Raw Deal for rice under DR-CAFTA', Oxford

³⁴ Consumers International (2003), 'Consumer Charter for Trade', Londres

³⁵ Entrevista realizada pela Oxfam, novembro de 2004

³⁶ FAO (2003), 'Gender, Key to Sustainability and Food Security. Plan of Action, Gender and Development', Roma

³⁷ UNCTAD (2004), 'Trade and Gender: Opportunities and Challenges for Developing Countries' UNCTAD, Nova Iorque e Genebra

³⁸ Baden, S. (1998), 'Gender Issues in Agricultural Trade Liberalisation', Relatório Provisório no. 41, Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Sussex

-
- ³⁹ Entrevistas realizadas pela Oxfam em Gana e Crabtree, J. (2001), 'Peru: Agricultural Trade Liberalisation in Peru', Oxfam: Oxford
- ⁴⁰ Clay, J. (2004), *World Agriculture and the Environment*, Editora Island Press: Washington DC e Papademetriou, M.K. (1999), 'Rice Production in the Asia-Pacific Region: Issues and Perspectives', FAO
- ⁴¹ Action Aid (2001), 'Crops and Robbers', Action Aid: Londres, (www.actionaid.org.uk/wps/content/documents/crops_robbers_2432004_194542.pdf)
- ⁴² Pesticide Action Network UK (2003), 'The Dependency Syndrome: Pesticide Use by African Smallholders' (www.pan-uk.org/press/DepSynPR.htm)
- ⁴³ Janmanch (2003), 'Farmers' Suicides, Hunger Deaths and Globalisation', www.janmanch.org/press_release/getdetails.asp?id=175 and Navas, L. (2002), 'Mitad de población expuesta a venenos', www.latinoamerica-online.it/archiviopaesi/nicaragua2.html
- ⁴⁴ Comissão Econômica para a África (2004), 'Economic Report on Africa: Unlocking Africa's Trade Potential', Addis Abeba
- ⁴⁵ Comissão Econômica para a África (2004), 'Fiscal implications of Trade Liberalisation on African Countries', documento do Centro de Políticas Comerciais da África no. 5, Adis Abeba
- ⁴⁶ Keen, M. e T. Baunsgaard (2003), 'Tax Revenue and Trade Liberalisation', Departamento de Questões Fiscais do FMI. Washington DC
- ⁴⁷ FAOSTAT, disponível em <http://apps.fao.org>
- ⁴⁸ Organização Mundial do Comércio (2004), Relatório Mundial do Comércio de 2004
- ⁴⁹ 'Confusing signals to farmers', *jornal The Hindu*, editorial, 15 de novembro de 2004. (www.hinduonnet.com/2004/11/15/stories/2004111501271000.htm)
- ⁵⁰ Rodrik, D. (1999), 'The New Global economy and Developing Countries: Making Openness Work', ensaio sobre políticas no. 24, Conselho de Desenvolvimento Exterior, Washington DC
- ⁵¹ Banco Mundial (2005), 'Global Agricultural Trade and Developing Countries', Washington DC: Banco Mundial
- ⁵² Martin e Ng (2004), citados em Banco Mundial (2004), 'Global Economic Prospects', Washington DC
- ⁵³ Banco Mundial (1992), 'Adjustment lending and mobilization of private and public resources for growth', citado em Stewart, F. (1995), *Adjustment and Poverty*, Routledge: Londres
- ⁵⁴ Commander, S. (1989), 'Structural Adjustment and Agriculture, Theory and Practice in Africa and Latin America', ODI, Londres
- ⁵⁵ Jones, S. (1995), 'Food markets reform: the changing role of the state', *Food Policy*, Vol 20, No. 6

⁵⁶FMI (1997), 'Trade Liberalisation in Fund-supported Programmes', Departamento de Desenvolvimento e Análise de Políticas, Washington DC e FMI (2001), 'Trade Policy Conditionality in Fund-supported Programmes', Departamento de Desenvolvimento e Análise de Políticas, Washington DC

⁵⁷ PNUD (2004), 'Relatório sobre o Desenvolvimento Humano', PNUD Nova Iorque

⁵⁸ FMI (1999), 'Haiti Staff Report', Washington DC

⁵⁹ Oxfam Internacional (2002), 'Regras Manipuladas e Duplos Padrões', Oxfam: Oxford

⁶⁰ Entrevistas realizadas pela Oxfam nos distritos de Karawang e Subang, Java ocidental, em dezembro de 2004

⁶¹ Michael Bell, Chefe, Divisão de Comunicação de Políticas, FMI. Correspondência por e-mail datada de 8 de fevereiro de 2005

⁶² Oxfam Internacional (2004), 'From Donorship to Ownership?', Documento Informativo no. 51, Oxfam: Oxford

⁶³ Contribuição por escrito do Banco Mundial à Comissão de Agricultura da OMC, 18 de novembro de 2004

⁶⁴ Representante Comercial dos Estados Unidos (2004), 'CAFTA FTA Quotes of Support', www.ustr.gov/Trade_Agreements/Bilateral/CAFTA-DR/CAFTA_FTA_Quotes_of_Support.html

⁶⁵ Em 2002, o orçamento governamental da Nicarágua foi de US\$ 908 milhões, dos quais o setor agrícola ficou com 2,7 por cento, ou US\$ 24,5 milhões. No mesmo ano, o governo dos Estados Unidos gastou US\$ 1,15 bilhão em subsídios para o setor do arroz.

⁶⁶ De Ksh 28,32 por kg em 2000 para Ksh 16 em 2002.

⁶⁷ A abrangência e os prazos para a implementação dos compromissos de liberalização estão sendo negociados. O Artigo 24 do GATT, sobre os Acordos Comerciais Regionais, prevê a eliminação de barreiras de 'substancialmente todos os produtos comercializados' dentro dos 'prazos mais curtos possíveis'. Isso tem sido tradicionalmente interpretado como 90 por cento de todos os produtos comercializados dentro de um prazo de 10 anos. Recentemente, a União Européia tem falado sobre níveis mais altos de flexibilidade, o que talvez signifique compromissos de liberalização para aproximadamente 75 a 80 por cento dos produtos comercializados por países da África, Caribe e Pacífico num prazo mais dilatado. A União Européia afirma que a liberalização será implementada num ritmo e seqüência cuidadosamente planejados e que haverá flexibilidade para a proteção de setores sensíveis. No entanto, segundo alguns advogados consultados pela Oxfam, independentemente do percentual de produtos cujo comércio os países da África, Caribe e Pacífico concordem em liberalizar (geralmente subentendidos como 90 por cento no âmbito dos acordos comerciais regionais), eles teriam que eliminar—e não apenas reduzir—as barreiras para a maioria de seus produtos.

-
- ⁶⁸ Mbwika, J., A. Macharia, S. Katei and Fibec Ltd (2004), 'Implications of Increased Imports of Agricultural Products on Local Kenyan Production', documento elaborado para a Oxfam GB, Nairobi
- ⁶⁹ OCDE (2001), 'Aid to Agriculture', dezembro de 2001. www.oecd.org/dataoecd/40/43/2094403.pdf
- ⁷⁰ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2005), 'Rice Outlook', 13 de janeiro de 2005. <http://www.oryza.com/usa/supplydemand/index.shtml>
- ⁷¹ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2003), 'Rice Situation and Outlook Yearbook'. Conversões métricas da Oxfam.
- ⁷² Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2001), 'Food and Agricultural Policy: Taking Stock for the New Century', www.usda.gov/news/pubs/farmpolicy01/fpindex.htm
- ⁷³ FAOSTAT e Tabela 34 do Censo Agrícola dos Estados Unidos de 2002. www.nass.usda.gov/census/census02/volume1/us/st99_1_034_034.pdf
- ⁷⁴ FAOSTAT. Dados para equivalentes de arroz beneficiado, embora as exportações incluam arroz em casca, principalmente para a América Central.
- ⁷⁵ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, www.ers.usda.gov/data/costsandreturns/testpick.htm, e banco de dados estatísticos para o arroz do IRRI, citados em Hossain, M. (2004), 'Long-Term prospects for the Global Rice Economy', Conferência sobre o Arroz da FAO, 12 a 13 de fevereiro de 2004, FAO: Roma
- ⁷⁶ Empresa de Créditos a Produtos Primários (2004), 'Rice (Rough and Milled) Net Budgetary Expenditure'.
- ⁷⁷ Livesey, J. and L. Foreman (2004), 'Characteristics and Production Costs of U.S. Rice Farms', Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Washington DC
- ⁷⁸ Laws, F. (2003), '*Riceland's* Bell talks commodity certs', editora Delta Farm Press, 24 de junho de 2003
- ⁷⁹ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Resumo de Programas de Garantia de Créditos para Exportação, disponível nos endereços www.fas.usda.gov/excredits/Monthly/2003/03_09_30.pdf e www.fas.usda.gov/excredits/Monthly/2004/04_09_30.pdf
- ⁸⁰ Empresa de Créditos a Produtos Primários (2004), 'Rice (Rough and Milled) Net Budgetary Expenditure'.
- ⁸¹ USAID (2004), 'US International Food Assistance Report 2002', Washington DC
- ⁸² O cálculo inclui um lucro justo para os beneficiadores mas exclui o lucro do produtor, de modo que a margem estimada de *dumping* é conservadora.
- ⁸³ Entrevista realizada pela Oxfam em Boyolali Regency, província de Java Central, junho de 2001

-
- ⁸⁴ FAOSTAT, disponível no endereço <http://apps.fao.org/>
- ⁸⁵ Fried, M. (2001), 'Guyana's Rice Farmers and the Myth of the Free Market,' documento sobre o cenário internacional da Oxfam
- ⁸⁶ Entrevista realizada pela Oxfam em novembro de 2004
- ⁸⁷ Gulati, A. and S. Narayanan (2002), 'Rice trade liberalisation and poverty', *Economic and Political Weekly*, 28 de dezembro de 2002
- ⁸⁸ *Riceland Foods* (2004), 'Riceland Today', www.Riceland.com/about
- ⁸⁹ O volume de 1,1 milhão de toneladas de arroz branco da *Riceland Foods* equivale a 1,57 milhão de toneladas de arroz em casca. Segundo a FAOSTAT, a produção total de arroz em casca da Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica totalizou 552.500 toneladas em 2004.
- ⁹⁰ *Riceland Foods* (2004), 'Riceland Today', www.Riceland.com/about
- ⁹¹ Grupo de Trabalho Ambiental (2004), 'Rice Subsidies in the US, 1995–2003', www.ewg.org/farm, e cálculos da Oxfam dos lucros líquidos da *Riceland* com certificados de produtos primários.
- ⁹² Citado em Liberto, J. (2000), 'Stuttgart, Ark.-based rice cooperative seeks new markets for product', *Arkansas Democrat-Gazette*, 6 de outubro de 2000
- ⁹³ Banco de Dados sobre Subsídios Agrícolas do Grupo de Trabalho Ambiental (www.ewg.org/)
- ⁹⁴ citado em Henry, J. (2000), 'Low-key *Riceland* high on future', *Arkansas Business*, 26 de junho de 2000
- ⁹⁵ Trinchera Online, 'Launch of a modern rice mill', www.trinchera.com.ni/cronologico/septiembre/septiembre_01/cortas_3.html
- ⁹⁶ Bennett, D. (2003), '*Riceland* sees record sales, exports', Delta Farm Press, 12 de dezembro de 2003
- ⁹⁷ Tribune Business News (2004), 'Iraq set to import 100,000 metric tons of rice from United States', 2 de dezembro de 2004
- ⁹⁸ *USA Rice Federation*, www.usarice.com
- ⁹⁹ Prioridades Comerciais Agrícolas da *USA Rice Federation*, www.usarice.com/industry/gov/TradePriorities0204.pdf
- ¹⁰⁰ Robinson, E. (2004), Farm Press Editorial Staff, Delta Farm Press, 20 de fevereiro de 2004, disponível no endereço http://deltafarmpress.com/mag/farming_cafta_sets_nice
- ¹⁰¹ Foreign Agricultural Service Online, www.fas.usda.gov/export.html
- ¹⁰² Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos encontrados no endereço: <ftp://ftp.fsa.usda.gov/public/export/default.htm>
- ¹⁰³ Serviço Agrícola Externo (Foreign Agriculture Service - FAS) (2003), 'Advisors named to key agricultural trade commodities', Comunicado à Imprensa do FAS, 12 de maio de 2003.

www.fas.usda.gov/scripts/PressRelease/pressrel_dout.asp?Entry=valid&PrNum=0063-03

¹⁰⁴ Comitê Técnico Consultivo dos Estados Unidos para Cereais, Rações Animais e Sementes Oleaginosas (2004), 'The US-Central America Free Trade Agreement', 19 de março de 2004.

www.ustr.gov/assets/Trade_Agreements/Bilateral/CAFTA-DR/CAFTA_Reports/asset_upload_file212_5941.pdf

¹⁰⁵ Centre for Responsive Politics, www.opensecrets.org

¹⁰⁶ *ibid.*

¹⁰⁷ Oxfam Internacional (2004), 'A Raw Deal for Rice under DR-CAFTA', Oxfam: Oxford

¹⁰⁸ A parcela total de exportações de produtos agrícolas dos países em desenvolvimento era 38 por cento em 1980–81 e 36 por cento em 2000–0.

Aksoy, A. e J. Beghin (2004), 'Global Agricultural Trade and Developing Countries', Washington DC: Banco Mundial

¹⁰⁹ O G20 inclui os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Filipinas, África do Sul, Tailândia, Tanzânia, Venezuela e Zimbábue.

¹¹⁰ O G33 inclui 42 países atualmente: Antigua e Barbuda, Barbados, Belize, Benin, Botsuana, China, Congo, Costa do Marfim, Cuba, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Jamaica, Quênia, República de Coreia, Madagascar, Ilhas Maurício, Mongólia, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Panamá, Peru, Filipinas, São Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e a Grenadinas, Senegal, Sri Lanka, Suriname, Tanzânia, Trinidad e Tobago, Turquia, Uganda, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue.

¹¹¹ OMC (2004), Texto do 'Pacote de Julho', www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/draft_text_gc_dg_31july04_e.htm

¹¹² Informação baseada nas cotações semanais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para preço FOB Bancoc do arroz tailandês quebrado a 5 por cento convertido em preços constantes de 1990.

¹¹³ Sharma, R. (2004), 'Quantifying Appropriate Levels of the WTO Bound Tariffs on Basic Food Products in the Context of the Development Box Proposals', Documento de Trabalho de Pesquisa da FAO sobre Produtos Primários e Comércio no. 3, Divisão de Produtos Primários e Comércio, FAO: Roma

¹¹⁴ Governo da Índia, Ministério do Comércio e da Indústria, 'Negotiations under Article XXVIII of the GATT 1994', <http://commerce.nic.in/wtomar2k2.htm>

¹¹⁵ Calpe, C. (2004), 'Status of the World Rice Market in 2002', www.fao.org/DOCREP/006/Y4751E/y4751e03.htm

¹¹⁶ Entrevista coletiva, Allen F. Johnson, Representante Comercial dos Estados Unidos, 4 de junho de 2004

www.ustr.gov/assets/Document_Library/Transcripts/2004/June/asset_upload_file296_5376.pdf

¹¹⁷ A fórmula de Harbinson propõe diferentes reduções para diferentes faixas de tarifas consolidadas. De acordo com o princípio da proporcionalidade, as reduções tarifárias devem ser mais profundas para os países desenvolvidos do que para os em desenvolvimento. A fórmula de Harbinson propõe as seguintes reduções mínimas para as tarifas consolidadas cobradas pelos países em desenvolvimento: tarifas acima de 120 por cento devem sofrer um corte de 30 por cento; tarifas na faixa de 60 a 120 por cento devem ser reduzidas em 25 por cento; tarifas de 20 a 60 por cento devem ter uma redução de 20 por cento e tarifas abaixo de 20 por cento devem ser reduzidas em 15 por cento.

¹¹⁸ Weerahewa, J. (2004), 'Impacts of Trade Liberalization and Market Reforms on the Paddy/Rice Sector in Sri Lanka', Documento para Discussão do MDIT no. 70, Instituto Internacional de Pesquisas sobre Políticas para Alimentos: Washington DC; e Riceweb, www.riceweb.org/countries/srilanka.htm

¹¹⁹ Calpe, C. (2004), 'Status of the World Rice Market in 2002', www.fao.org/DOCREP/006/Y4751E/y4751e03.htm

¹²⁰ FAO (2004), Consulta sobre o Mecanismo Especial de Salvaguarda, Roma, 9-10 de dezembro de 2004

¹²¹ Sharma, R. (2002), 'Developing Country Experience with the WTO Agreement on Agriculture and Negotiating and Policy Issues', documento apresentado no Simpósio de Verão da IATRC, Vancouver, Canadá, junho de 2002

¹²² FAO (2000), 'Synthesis of the country case studies, in 'Agriculture, Trade and Food Security: Issues and Options in the WTO Negotiations from the Perspective of Developing Countries', Vol II, Estudos de Caso de Países, FAO: Roma (www.fao.org/trade)

¹²³ FAO (2003), 'Some Trade Policy Issues Relating to Trends in Agricultural Imports in the Context of Food Security', Comitê da FAO para Problemas Relativos a Produtos Primários - CCP 03/10, Roma, 18-21 de março de 2003

¹²⁴ Diagne, B. M. (2004), 'Study on the Economic Impact of Whole and Pre-Cut Poultry Imports on the Development of the Poultry Sector in Senegal', relatório elaborado para a Oxfam International: Oxford

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Sharma, R. (2002), op. cit.

¹²⁷ IATP (2005), 'WTO Agreement on Agriculture: A Decade of Dumping', Minnesota: IATP. www.tradeobservatory.org/library.cfm?refid=48532

© Oxfam International - Abril 2005

Este documento foi escrito por Ktae Raworth e Duncan Green. A Oxfam reconhece as contribuições de Jeff Atkinson, Luisa Bernal, Concepcion Calpe, Teresa Cavero, Celine Charveriat, Sumi Dhanarajan, Gonzalo Fanjul, Penny Fowler, Carlos Galian, Jamie Morrison, Francesca Nicchia, Bernadette Orr, Francis Perez, Sophie Powell and Ramesh Sharma para essa publicação. Ela é parte de uma série de documentos escritos para a informação e o debate público sobre as políticas para o desenvolvimento e a ajuda humanitária. Este texto pode ser usado livremente para os propósitos de campanhas, educação e pesquisa desde que citada a fonte.

A tradução para o português foi feita por Master Language.

Para maiores informações favor escrever para: advocacy@oxfaminternational.org

Para maiores informações no Brasil favor escrever para: brasil@oxfam.org.br

Published by Oxfam International April 2005

Published by Oxfam GB for Oxfam International under ISBN 978-1-84814-464-4

Oxfam Internacional é uma confederação de doze organizações trabalhando juntas em mais de 100 países na busca de soluções para a pobreza e a injustiça: Oxfam América, Oxfam na Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Community Aid Abroad (Austrália), Oxfam Alemanha, Oxfam Grã Bretanha, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Novib Oxfam Netherlands (Holanda), Oxfam Nova Zelândia e Oxfam Quebec. Por favor, faça contato para maiores informações com as afiliadas ou visite o site www.oxfam.org.

Escritórios de Advocacy de Oxfam Internacional:

Washington: 1112 16th St., NW, Ste. 600, Washington, DC 20036, USA.

Tel: +1.202.496.1170. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Brussels: 22 rue de Commerce, 1000 Brussels, Belgium.

Tel: +322.502.0391. E-mail: luis.morago@oxfaminternational.org

Geneva: 15 rue des Savoises, 1205 Geneva, Switzerland.

Tel: 41.22.321.2371. E-mail: celine.charveriat@oxfaminternational.org

New York: 355 Lexington Avenue, 3rd Floor, New York, NY 10017, USA.

Tel: 1.212.687.2091. E-mail: nicola.reindorp@oxfaminternational.org

Tokyo: Oxfam Japan, Maruko-Bldg. 2F, 1-20-6, Higashi-Ueno, Taito-ku, Tokyo 110-0015, Japan.

Tel/fax: 81.3.3834.1556. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

<p>Oxfam America 26 West St. Boston, MA 02111-1206, USA Tel: +1.617.482.1211 E-mail: info@oxfamamerica.org www.oxfamamerica.org</p>	<p>Oxfam Hong Kong 17/F, China United Centre 28 Marble Road, North Point, Hong Kong Tel: +852.2520.2525 E-mail: info@oxfam.org.hk www.oxfam.org.hk</p>
<p>Oxfam-in-Belgium Rue des Quatre Vents 60 1080 Brussels, Belgium Tel: +32.2.501.6700 E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be www.oxfam.be</p>	<p>Intermón Oxfam Roger de Llúria 15 08010, Barcelona, Spain Tel: +34.902.330.331 E-mail: info@intermonoxfam.org www.intermonoxfam.org</p>
<p>Oxfam Canada 250 City Centre Ave, Suite 400 Ottawa, Ontario, K1R 6K7, Canada Tel: +1.613.237.5236 E-mail: enquire@oxfam.ca www.oxfam.ca</p>	<p>Oxfam Ireland 9 Burgh Quay, Dublin 2, Ireland Tel: +353.1.672.7662 <u>Oxfam Northern Ireland</u> 52-54 Dublin Road, Belfast BT2 7HN, UK Tel: +44.28.9023.0220 E-mail: communications@oxfam.ie www.oxfamireland.org</p>
<p>Oxfam Community Aid Abroad 156 George St. (Corner Webb Street) Fitzroy, Victoria 3065, Australia Tel: +61.3.9289.9444 E-mail: enquire@caa.org.au www.caa.org.au</p>	<p>Novib Oxfam Netherlands Mauritskade 9, Postbus 30919, 2500 GX, The Hague, The Netherlands Tel: +31.70.342.1621 E-mail: info@novib.nl www.novib.nl</p>
<p>Oxfam Germany Greifswalder Str. 33a 10405 Berlin, Germany Tel: +49.30.428.50621 E-mail: info@oxfam.de www.oxfam.de</p>	<p>Oxfam New Zealand Level 1, 62 Aitken Terrace, Kingsland, Auckland, New Zealand Postal address: PO Box 68357, Auckland 1032, New Zealand Tel: +64.9.355.6500 (Toll-free 0800 400 666) E-mail: oxfam@oxfam.org.nz www.oxfam.org.nz</p>
<p>Oxfam Great Britain 274 Banbury Road Oxford, OX2 7DZ, UK Tel: +44.1865.311.311 E-mail: enquiries@oxfam.org.uk www.oxfam.org.uk</p>	<p>Oxfam Quebec 2330 rue Notre-Dame Ouest, Bureau 200 Montreal, Quebec, H3J 2Y2, Canada Tel: +1.514.937.1614 E-mail: info@oxfam.qc.ca www.oxfam.qc.ca</p>